



Reunião de 22/02/2017

ATA N.º 05/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DOIS MIL E DEZASSETE

---- Aos **vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, a Câmara Municipal de Nelas, sob a presidência do Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.^a Sofia Relvas Marques, Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos: - De operações orçamentais: 563.874,88 € (quinhentos e sessenta e três mil oitocentos e setenta e quatro euros e oitenta e oito centimos); - De operações não orçamentais: 171.851,50 € (cento e setenta e um mil oitocentos e cinquenta e um euros e cinquenta centimos). -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta esta reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Nelas do dia 22 de fevereiro de 2017. Em relação ao Resumo Diário de Tesouraria: total de disponibilidades: 735.726,38 € (setecentos e trinta e cinco mil setecentos e vinte e seis euros e trinta e oito centimos), sendo de Operações não Orçamentais: 171.851,50 € (cento e setenta e um mil oitocentos e cinquenta e um euros e cinquenta centimos). -----

---- Entrando, de seguida, no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara perguntou se algum dos Senhores Vereadores se queria inscrever para usar da palavra. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, primeiro, era para entregar o recibo dos honorários do Senhor Dr. António Arnaut, que o defendeu naquele célebre processo das manigâncias, em que foi absolvido e por isso a Câmara viu-se obrigada, nos termos da jurisprudência existente nessa matéria, a pagar ao seu Advogado. Portanto, o Senhor Presidente tinha ali o recibo dos honorários. Ontem, na qualidade de Réu, esteve presente numa audiência preliminar no TAF de Viseu e certamente o Senhor Dr. Manuel Martins, mandatário da Câmara Municipal, já contou ao Senhor Presidente o que é que aconteceu na audiência preliminar. A Senhora Dr.^a Juiz foi clara e inequívoca para quem lá estava a ouvir que vai sanar todas as nulidades processuais que o Senhor Presidente mandou arguir. Acresce a isto tudo que caiu por base todo aquele processado e todos aqueles processos que daí possam advir, além daquele que a Senhora Dr.^a Juiz julgou o Manuel Marques parte ilegítima no processo. O Senhor Presidente, quando não quis pagar as faturas,



Reunião de 22/02/2017

foi com um móbil, o móbil era processar Manuel Marques, o móbil era que o Manuel Marques fosse condenado no processo do Pingo Doce. Não o foi. Ontem, a Senhora Dr.^a Juiz disse: O Senhor Dr. Manuel Marques não tem nada a ver com isto. É parte ilegítima no processo, portanto, no despacho saneador que vai ser feito, em princípio, no dia 24 de março, o Tribunal de Viseu vai-o arredar do processo e, como disse, vai sanar as nulidades que o Senhor Presidente mandou arguir ao Advogado do Município. Agora lamenta que a Câmara tivesse vindo ao processo, vindo aos autos dizer que os trabalhos não foram feitos quando lá está bem exposto, quer as paredes, quer o recuperador, quer os elementos. Aliás, isto só prova a má-fé e espera que o autor, que ele já o pode fazer porque foi arredado do processo, que o autor meta litigância de má-fé contra o Município. É clara e inequívoca litigância de má-fé naquele processo. Aliás, o móbil do Senhor Presidente da Câmara era chegar roupa ao pelo ao Vereador Dr. Manuel Marques e pedia desculpa aos presentes por este termo. Não conseguiu. Mais uma vez não o vai conseguir. Mais uma vez lhe fica provado que o Vereador Dr. Manuel Marques não fez as manigâncias que o Senhor Presidente quis provar que ele tivesse feito. Iam ver o que é que vai acontecer ao Senhor Presidente da Câmara com as suas eventuais manigâncias que fez nesta casa. Por isso, está na hora do Senhor Presidente da Câmara pagar aos fornecedores que, de uma forma humilde, trabalharam para este Município. E acresce a tudo isto que não percebeu porque é que na contestação, designadamente no artigo 4.º da contestação se põe em causa a obra quando os Técnicos da Autarquia responderam à IGF que todas as obras foram feitas, só não tinham, de facto, o tal procedimento. Mas saiu de lá com o riso rasgado até às orelhas. O mandatário da autora disse à Senhora Dr.^a Juiz, inequivocamente, que o Senhor Presidente sempre esteve de má-fé porque está a proceder da mesma forma e os clientes desse escritório já confidenciaram à sua mandatária de outros fornecedores, que são também clientes daquele escritório, já confidenciaram à mandatária da Aquecinelas que o Senhor Presidente está a fazer a mesma coisa que fez o anterior Executivo. Saiu de lá com o sorriso rasgado até às orelhas porque o Senhor Presidente quis prender toda a gente, quis matar toda a gente, aliás, quis inibir o Dr. Manuel Marques de ser candidato na secretaria de um Tribunal, não o conseguiu e não o vai conseguir. Manuel Marques vai demonstrar, como já demonstrou, à população do Concelho de Nelas que esteve ali sem avenças e sem fatores de terceiros. A Senhora Dr.^a Juiz ainda disse mais. Se a Câmara quiser vir com o direito de regresso não o pode fazer contra Manuel Marques. Estava ali a prova de quem trabalhou nesta casa por amor à camisola e quem trabalha nesta casa por amor às avenças e a outros interesses obscuros e diz outros interesses obscuros porque o Senhor Presidente tem processos contra ele, que não vai falar sobre eles porque está, por uma razão de profissão e por uma razão de política o que é da política e à justiça o que é da justiça. Vão ver ao fim disto tudo quem é que, de facto, andou ali a fazer manigâncias, quem é que, de facto, esteve aqui nesta casa, sentado nesta cadeira para servir as populações. Vão ver quem é que andou ali a fazer manigâncias e quem é que andou a pedir avenças e a comprar terrenos que só o próprio Senhor é que votou favoravelmente. Até a sua Vice-Presidente se alheou dessa votação com medo e pela nebulosidade e tão obscura que aquela deliberação era. O Senhor Presidente da Câmara tinha ali a prova. Que pagasse aos fornecedores porque o Manuel Marques já não foi apanhado. Que cumprisse porque o Senhor Presidente está a fazer o mesmo e por uma questão de coerência e porque o Senhor é o Presidente da Câmara e não o Presidente da empresa A, ou da empresa B, ou da empresa C, que pagasse, porque a Senhora



Reunião de 22/02/2017

Dr.^a Juiz já disse que não quer nada com o Dr. Manuel Marques. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges cumprimentou todos os presentes. Agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que tinha ali alguns assuntos para apresentar, mas primeiro queria fazer algumas considerações sobre a reunião que o Senhor Presidente marcou antes desta e que, no seu entender, não tem qualquer tipo de validade. O Senhor Presidente invoca o artigo 40.º, da Lei n.º 75/2013, para adiar a reunião, mas o que diz o artigo 40.º é que a Câmara Municipal tem uma reunião ordinária semanal, ou, eventualmente, quinzenal, se o julgar conveniente, a Câmara e reuniões extraordinárias sempre que necessário. Diz o n.º 2, do artigo 40.º, que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal devem ter lugar em dia e hora certos e que a sua marcação é objeto de deliberação na sua primeira reunião, coisa que foi feita na primeira reunião desta Câmara Municipal e portanto, os Senhores Vereadores sabiam, desde 2013, que havia uma reunião no dia 8 de fevereiro. O Senhor Presidente tem uma Vice-Presidente, a não ser que não confie nela e parece-lhe que foi uma manifestação de desconfiança que, sabendo desde 2013 que tinha uma reunião no dia 8 de fevereiro que, quer o Senhor Presidente, quer a sua Vice-Presidente, se tenham deslocado a Lisboa e depois não cumprindo a lei que invoca, porque diz o n.º 4, desse artigo 40.º, que quaisquer alterações ao dia e hora, repetia, alterações, objeto da deliberação, devem ser devidamente justificadas e comunicadas. E o Senhor Presidente não comunicou. O Senhor Presidente, simplesmente, disse aos Senhores Vereadores que não havia reunião. Portanto, vem depois passado não sabia quanto tempo dizer que no dia da reunião ordinária seguinte temos uma anterior? Então, para isso agendava os assuntos nesta reunião e assume que não cumpriu a lei e que a Câmara, em vez de ter duas reuniões ordinárias por mês só teve uma. E assume isso e apenas e só para lhe dizer que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, não tinha impedimento nenhum, simplesmente, optou por não vir à reunião e não veio à reunião exatamente porque considera que a reunião não foi bem convocada. O Senhor Presidente tem que fazer reuniões quinzenalmente. Em bom rigor isso nem sequer acontece. Mas isso foi uma deliberação que foi feita na primeira reunião de Câmara e, portanto, o Senhor Presidente tem duas reuniões ordinárias a fazer por mês e elas têm que ser feitas quinzenalmente. Não é, juntamos todas e fazemos todas num dia. Não é assim. Segundo ponto, queria perguntar ao Senhor Presidente, porque na reunião de janeiro, na última que se realizou, portanto, há um mês, questionou-o sobre um conjunto de intervenções que foram feitas na E.N. n.º 231-2, na Urgeiriça e já perto de Carvalhal Redondo e o Senhor Presidente disse que na semana seguinte o pavimento seria repostado. Isso ainda não aconteceu. Queria saber exatamente o porquê disso, se houve algum contratempo. Como disse na altura ao Senhor Presidente houve já um acidente, felizmente não teve feridos, portanto, acha que era interessante que se repusesse o pavimento, não percebia muito bem porque é que isso ainda não aconteceu. Aquilo está seguramente há mais de dois meses, tiraram as raízes, nivelaram aquilo e depois agora está com tout-venant, está cheio de buracos há mais de dois meses. Depois, tinha ali um pedido de esclarecimentos que gostaria de apresentar em seu nome e em nome do Senhor Vereador Adelino Amaral, que tem a ver com a Área de Reabilitação Urbana, que se lhe permitir, passava a ler: -----

---- *“A aprovação pela Câmara Municipal das Áreas de Reabilitação Urbana de Nelas, Canas de Senhorim, Santar e Caldas da Felgueira, para além de possibilitarem candidaturas de projetos, por parte da Autarquia, para financiamento por fundos comunitários, abrem*



Reunião de 22/02/2017

caminho também à possibilidade de entidades privadas poderem beneficiar de vantagens e facilidades, em investimentos em projetos de reabilitação a desenvolver naquelas áreas, nomeadamente a redução, ou isenção de taxas, ou impostos.-----

---- Esses incentivos serão aplicáveis às quatro ARUs definidas no Concelho de Nelas, independentemente do âmbito de aplicação dos programas de participação financeira, que de acordo com a entidade tutelar, se limita à Sede do Concelho. -----

---- Para a sua concretização julga-se ser necessária a aprovação da Assembleia Municipal e do Governo, com publicação no Diário da República.-----

---- Será também um imperativo fazer a divulgação junto da comunidade e dos potenciais investidores interessados, esclarecendo todos os benefícios e incentivos disponíveis.-----

---- Assim, solicita-se ao Presidente da Câmara que, com a urgência possível, sejam prestados os seguintes esclarecimentos:-----

---- 1 - Qual o ponto de situação na tramitação deste processo, em concreto que passos foram já dados e quais os que falta concretizar, e qual a sua previsão temporal, até que a aprovação das ARUs seja uma realidade e dela possam beneficiar os eventuais promotores;--

---- 2 - Que informação já foi prestada por parte da Autarquia e qual a que se prevê vir a prestar, aos proprietários e eventuais promotores de projetos de requalificação urbana nas quatro áreas anteriormente definidas no Concelho de Nelas.” -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral cumprimentou todos os presentes, os Senhores Vereadores, o Senhor Presidente. Afirmou que começava por referir-se também à questão da reunião de Câmara que foi convocada, sinceramente não sabia se era da reunião de Câmara, ou se era de um outro Órgão qualquer que foi convocada para hoje às 9 horas da manhã, pretensamente num lugar de uma reunião que deveria ter sido convocada para, faz hoje 15 dias e que não foi convocada e o Senhor Presidente de Câmara não cumpriu com as suas competências e com as suas atribuições ao não convocar uma reunião que é uma reunião ordinária e é obrigatória que seja realizada de 15 em 15 dias e não de hora a hora. Lembra-se que já se fez nesta casa situações pretensamente análogas, nomeadamente em períodos de férias e por acordo entre todos os Senhores Vereadores, de facto, juntaram-se duas reuniões no mesmo dia para dar cumprimento, de facto, à disposição legal, mas isso foi por acordo e após convocação da reunião nos termos da Lei. Ora bem, a reunião que deveria ter ocorrido, faz hoje 15 dias, não foi convocada, portanto, a Câmara, enfim, caiu numa situação de irregularidade porque não fez duas reuniões como está previsto na Lei. E espantou-lhe ainda mais ter recebido uma convocatória para uma Assembleia Municipal em que da Agenda da qual constavam assuntos que são da competência da Câmara e que a Câmara tem que deliberar sobre eles sem que estivesse convocada ainda a reunião de Câmara. Acha que é mais um gesto, mais uma forma da Câmara ser desrespeitada, do Órgão Câmara Municipal ser minorizado e ele, Vereador Adelino Amaral, sinceramente, não vê qual é a vantagem para ninguém, para a Câmara não há, para o Senhor Presidente de Câmara também não haverá concerteza, para a Assembleia Municipal muito menos, para os Municípes também não há, portanto, não vejo qual é que a intenção e qual é que é o ganho, se é que há algum ganho e para quem é que é esse ganho político desta perturbação, desta convulsão e desta confusão e quase, não sabia se isto era uma birra, se é uma manifestação de força, se é uma manifestação de fraqueza, pensa que é mais isso. Agora, não faz é sentido convocar uma Assembleia Municipal, colocar na Agenda da Assembleia Municipal assuntos que são da competência da



Reunião de 22/02/2017

Câmara e a Câmara ainda não se pronunciou sobre eles, nem está convocada para isso. E, de facto, isso é que ele estranhou. Enfim, ele justificou a sua ausência na reunião das 9 horas da manhã, mas julga que não seria necessário porque a reunião das 9 horas da manhã, quando muito, deveria ter sido convocada como sendo uma reunião extraordinária e não uma reunião ordinária porque essas realizam-se de 15 em 15 dias. Portanto, era essa nota que ele queria deixar, lamentar, de facto, que tenha mais uma vez havido ali alguma confusão, enfim, no cumprimento da lei e das formalidades, a menos que haja razões que depois irão apurar na discussão dos assuntos que constavam da Agenda, a menos que haja alguma intenção de coagir a Câmara através da aprovação de assuntos que estão agendados para ratificação, mas, como disse, isso vão discutir depois na altura própria, mas se for esse o móbil e for essa a justificação que se encontre para todo este processo irregular então ainda é pior e o seu lamento passa a ser o seu protesto e o seu repúdio por esse tipo de atuações. Uma segunda nota, passou há dias, aliás, passou lá ontem também, em Canas de Senhorim, nas curvas da Urgeiriça e reparou que os railes de proteção estão amassados, o que quer dizer que já lá houve mais acidentes após alguns meses atrás que foram substituídos aqueles railes, eles estão outra vez amassados, o que quer dizer que continuam a haver ali acidentes. Não sabia se o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges tem conhecimento de alguma coisa como estava ligado aos Bombeiros de Canas de Senhorim, mas acha que é uma situação que a Câmara deve classificar como insustentável. A Câmara tem que tomar uma decisão, uma atitude qualquer em relação àquilo porque a colocação de sinais e de semáforos, de facto, não se manifesta totalmente eficaz e há que pressionar as entidades competentes para que seja resolvido, de forma adequada, aquele problema. Portanto, ele, Vereador Adelino Amaral, deixa ali o alerta, vai ponderar melhor o assunto, eventualmente pedirá o agendamento para que o assunto seja abordado numa próxima reunião de Câmara, mas fica já o apelo ao Senhor Presidente de Câmara para, nas suas diligências com os Membros do Governo e nomeadamente com as Infraestruturas de Portugal, reforçar e continuar a pressionar para que aquilo seja resolvido porque continua a ser uma zona de muito perigo. Em terceiro lugar, tem constatado, não só em termos de opinião pública, mas também nas redes sociais e até nas várias intervenções que houve ali de vários Senhores Vereadores e suas também neste Órgão Câmara Municipal, acerca do logotipo do Município, da Câmara Municipal e ele julga que é altura da Câmara, de facto, discutir esse assunto e ponderar, ou não, digamos que o regresso e a recuperação do logotipo anterior que, em seu entender, para além de ter sido, mas isso não é relevante, ter sido implementado num Executivo no qual ele também fazia parte, mas isso não tem qualquer relevância, pensa que era um logotipo com bastante força promocional, muito feliz, aceite por toda a gente de todos os quadrantes políticos e partidários e acha que a Câmara deveria ponderar se não se devia recuperar esse logotipo e essa marca: Nelas Coração do Dão. Portanto, ele, Vereador Adelino Amaral, vai fazer um requerimento para que este assunto seja agendado para a próxima reunião. E diz o seguinte:-----

---- *“Requerimento* -----

---- *Constatando o crescente desagrado, por parte da comunidade e dos agentes económicos do Concelho, muito em especial das empresas ligadas ao setor do vinho, pelo abandono, durante o atual mandato, do logotipo “Nelas Coração do Dão”, marca em uso há vários mandatos, que mantém a sua atualidade e força promocional do Concelho, da Região e dos seus produtos, muito em especial o Vinho do Dão, mas também com potencial para servir de*



Reunião de 22/02/2017

alavancagem à promoção de outros produtos e serviços, como seja o turismo nas suas várias vertentes, desde o enoturismo ao termal, ambiente e do património; -----

---- *Requer-se o agendamento para a próxima reunião de Câmara, do seguinte assunto: -----
---- - Recuperação, como instrumento de promoção do Concelho e para utilização nos documentos oficiais do Município, da marca “Nelas Coração do Dão” – Discussão e Deliberação.”* -----

---- Este requerimento é subscrito por ele próprio, pelo Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, pela Senhora Vereadora Dr.^a Rita Neves, que ele convidou a subscrever porque, de facto, o nosso Amigo Rui Neves esteve, de facto, intimamente relacionado com este processo e acha que era da mais elementar justiça referi-lo ali e invocar também a sua memória. Convida também os outros Senhores Vereadores se quiserem subscrever este pedido. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que subscrevia este pedido, que já tinha pedido o seu agendamento, mas que o Senhor Presidente, com a sua prepotência, não o agendou. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirou que ele também começava pela reunião das 9 horas para dizer o seguinte: Pensa que não foi sério marcar aquela reunião para as 9 horas com nove pontos da Ordem de Trabalhos. Naturalmente, se fosse ao contrário, se esta reunião fosse às 9 horas e a outra às 10 horas até podia ter essa justificação. Agora, pôr uma reunião com nove pontos na Ordem de Trabalhos para uma hora, naturalmente que é irrealizável até pelos pontos que lá estavam, até porque, ainda mais, ou além disso, o Período Antes da Ordem do Dia demora sempre cerca de uma hora. Portanto, estaria esgotada a reunião àquela hora. Pensa que não é a melhor forma. Pensa que não era justificável fazer aquela reunião. Ele, Vereador Artur Ferreira, não se incomodava nada fazer só uma reunião este mês, naturalmente justificadamente o Senhor Presidente tivesse os afazeres que tivesse, mas pensa que não era assim até porque já foi noutras situações feitas reuniões extraordinárias sem justificação, como foi o caso das refeições escolares, que era necessário fazer uma reunião extraordinária e ele, no seu entendimento, via que não era necessária essa reunião extraordinária. Acredita que não tenham tido tempo, nem o Senhor Presidente, nem a Senhora Vice-Presidente, para fazerem uma reunião desde o dia 10, ou dia 11 de fevereiro até agora, no entanto, acha que também não era a melhor forma de resolver a situação com duas reuniões, uma às 9 horas e outra às 10 horas quando a primeira tinha nove pontos da Ordem de Trabalhos. Por isso, deixava ali também um requerimento verbal para que a falta seja justificada, solicitava isso à Câmara, nos termos do artigo 39.º, da Lei n.º 75, que a falta fosse justificada por motivos profissionais. Depois, a complicação com os números que a Câmara tem, muitas vezes dá para isto, que é uma empresa como a Cunha Vaz, Associados a fazer um reparo ao número das pessoas que vêm ao Concelho de Nelas. Não fica chocado quando a Câmara põe, em vez de ser 100, pôr 150, acha que é bom para o Concelho. Agora, também não podemos exagerar, cair no ridículo. É que, quando vêm justificar que não eram 250, mas que eram 66, ainda por cima um número exato porque podiam dizer 70, ou 80, eram 66, alguma coisa não está correta. E acha que quem fica mal aqui é a Câmara Municipal. Outra situação que queria falar era da parte das Escolas, entretanto saiu também um comunicado da Câmara Municipal sobre um Programa que a CIM está a promover no PT 2020 e ele gostava de saber, realmente, em que consiste este Programa



Reunião de 22/02/2017

porque o texto fala no sucesso escolar dos alunos, e gostava de saber em que projetos é que estão inseridos, quais são os projetos que as Escolas fizeram, qual é o objetivo desses projetos e também se o Conselho Municipal de Educação foi ouvido, ou não, nesses projetos, acha que também era importante saberem isso. Depois, queria deixar também um recado e uma sugestão ao Senhor Presidente, acha que no Centro Escolar e não sabe se isso acontece em mais alguma Escola e se já tiver sido resolvido, pede, desde já, desculpa, mas é obrigatório fazer distribuição de fluor aos alunos do 1.º Ciclo e acha que neste momento não está a ser distribuído o fluor porque não há copos de plástico nas Escolas. No tempo do seu filho fazia-se isso e os pais levavam os copos, acha que não custa nada aos pais comprar os copos mas tem que ser dito aos pais que é preciso comprá-los. Não sabia se isso era verdade, ou se não, mas vieram-lhe fazer esse reparo. Outro ponto que também queria referir era o assunto das lamas, que já foram faladas ali várias vezes e ele fazia um requerimento ao Senhor Presidente da Câmara no sentido de ver se trazia os documentos a ver se a empresa, realmente, está certificada, ou não, para fazer essas descargas de lamas, que lamas são e se os terrenos que vão receber essas lamas também estão, ou não, de acordo com aquilo que é necessário para esses terrenos receberem essas lamas. Ainda por cima as lamas que têm vindo nem sequer são do Concelho de Nelas porque, pelos vistos, começaram a fazer a requalificação das fossas mas foi só pôr a rede e os muros, o resto parece que está um bocado atrasado como também já lhe fizeram chegar nesse relatório. Outro ponto também era o caso da suinicultura de Algerás, todos os meses faz aquela referência ali, mas, realmente, era preciso saber em que ponto é que está porque continua a haver lá a exploração da suinicultura, não sabia se eram muitos, se eram poucos, mas o que foi dito ali é que era para ele parar aquilo. Senão depois a Câmara não tem moral para chegar a uma pessoa qualquer, autuá-lo, ou fazer uma contraordenação de uma coisa que esteja a fazer ilegal, porque se o suinicultor está a fazer aquilo ilegal acha que deve haver uma tomada de decisão, não sabe se a Câmara tem poderes, se não tem, mas, pelo menos, fazer junto das entidades competentes para que seja averiguado da possibilidade do suinicultor tirar de lá os porcos e da legalidade. Outro ponto também que queria deixar mais uma vez ao Senhor Presidente era a parte do Regulamento de Trânsito. Há um ano que andam a debater isso e acha que era importante até porque cada vez que mais se vêm aí situações que não têm cabimento e quando nós queremos fazer as PARU,s, que é para pôr os peões a passear nos passeios, basicamente é isso, por um lado bem, por outro lado acha que há muitas mais necessidades, também não se podem ver os carros mal estacionados para os outros carros não passarem, porque se não há passeios as pessoas vêm para a estrada e a estrada está ocupada pelos carros mal estacionados. Naquela rua e na Rua do Pombal é um martírio. Acha que é importante também refletir nisso até porque, mais uma vez põem-se sinais de trânsito porque se entende pôr lá o sinal de trânsito, que muitas vezes nem estão legais porque muitas vezes nem vão à Assembleia Municipal. Acha que deve haver um critério para os pôr e acha que deve haver um Regulamento que era necessário. Outro ponto era também uma situação que lhe fizeram chegar, uma vez que há mais pessoas, que é, morreu um Senhor que veio cá ganhar dinheiro com a realização do Rally de Nelas e parece que morreu quase o anterior Presidente da Câmara de Nelas, foi uma coisa excepcional, tão excepcional que se prontificou a Câmara a arranjar transporte aos Funcionários da Câmara que quisessem ir ao funeral, quando muitos Funcionários, por Lei e com razão, não têm sequer possibilidade de ir ao funeral de uma família de um tio, ou de um primo, porque a lei não lhe permite e como é que se vai



Reunião de 22/02/2017

dispensar Funcionários para ir a um funeral de uma pessoa que nem sequer pertence ao Concelho de Nelas? Como é que a Câmara, entende que a Câmara, que trabalhou com ele, deve fazer essa referência, não estava a dizer que não, mas não pode ser na página do Município de Nelas a fazer essa referência porque, senão, tinham que fazer referência a todos os Municípios que morrem em Nelas, todos deram contributos para Nelas e se calhar alguns muito mais do que aquele Senhor. Portanto, acha que não cabe na cabeça de ninguém fazer quase que daquele Senhor um mártir, por muito que lhe custe a morte dele e como foi, isso não está em causa. O que está em causa é a pessoa. É quase como aquela situação dos números dos visitantes do Turismo. Não podemos cair no ridículo, pensa ele que não é a melhor forma e depois há críticas e há situações que os Funcionários se sentem injustiçados quando não podem, sequer, ir ao funeral, só podem ir à missa e não podem porque não está na Lei. Pode estar em desacordo mas é o que está na lei. Não podem ir, não podem ir. Mas agora não se pode é dar facilidade a outras situações para pessoas que nem sequer têm nada ver com isso, pensa ele no seu ponto de vista. Outro ponto era a situação do Médico, ou da Extensão de Saúde de Carvalhal Redondo, cada vez há mais queixas. Acha que agora também têm lá uma Funcionária, mas também gostava de saber porque é que foi mudada a Funcionária e não é a Funcionária que estava antigamente no Posto de Saúde, até porque tinha conhecimento das pessoas e era de muito mais fácil tratamento, era mais fácil em termos de relacionamento com as pessoas por serem conhecidas e porque também por dificuldades que, naturalmente, também acontecem em termos de recursos humanos no Centro de Saúde de Nelas, algumas vezes o Médico não se desloca a única vez por semana que era preciso lá deslocar-se. E estão a pedir também até a pessoas de Carvalhal Redondo para se virem inscrever ao Centro de Saúde de Nelas para que seja mais fácil e mais rápido o atendimento. Era importante também verem isso, realmente, se é para continuar assim. Em Santar pensa que isso não acontece, acha que está a funcionar mais ou menos. Mas em Carvalhal Redondo isso não tem acontecido e era também deixar esta nota para se verificar se há, realmente, alguma situação que não esteja a correr bem e para se reparar alguma situação que se possa reparar. Por último, queria também falar sobre a situação das faturas que ali foi falado também pelo Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. Esta foi uma situação. Também sabia que já houve mais duas situações de credores com essas faturas que foram também a Tribunal. Uma delas, pelos vistos, foi resolvida. Pelos vistos foi a situação do Advogado. Uma situação que está resolvida. Como é que chegam a acordo com esse e como é que não chegam a acordo com outros? Porque é que põem entraves em situações que, como diz o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, que não têm razão de ser porque uma coisa é se fizeram, ou não, um muro, outra coisa é uma máquina que está instalada, elementos que estão instalados na sala de aula. Pode-se pôr em causa que não esteja a funcionar, agora, que não estava lá? Isso não tem lógica nenhuma. Acha que quando já foi ali discutido várias vezes a situação das faturas foi para resolver a situação, como o Senhor Presidente também queria, dessas pessoas que, realmente, trabalharam e têm esse direito a receber. Pelos vistos acha que vai correr assim. Portanto, não é para criar mais dificuldades a essas pessoas. O que foi dito é que elas querem resolver a situação delas, não querem é que lhe criem mais dificuldades. Não tanto, como o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques diz, que o Senhor Presidente faz igual eles têm o direito a receber, não, não, é que eles fizeram as obras e têm o direito a receber por fazerem as obras, isso é que está em causa. Tudo o resto que venha a seguir o Senhor Presidente poderá, ou não, ter a liberdade de fazer,



Reunião de 22/02/2017

mas neste momento o que importa fazer é regularizar a situação dessas pessoas. Só em relação à reunião do dia 27, se for a essa hora ele não poderá estar vir também. Tem dois Funcionários de férias no seu Serviço não pode sair. Se for depois das 16 horas estará disponível. Durante o horário normal de trabalho não pode sair. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves cumprimentou todos os presentes. Afirmou que se queria referir, em primeiro lugar, à reunião de Câmara do dia 8 que o Senhor Presidente resolveu marcar para as 9 horas e quer também dizer que, de forma deliberada, não vai justificar a sua falta apenas por dois motivos. Em primeiro lugar quero lembrar o Senhor Presidente que a reunião do dia 25 de janeiro teve uma continuação para essa sexta-feira de janeiro, que agora não sabia precisar a data e ela, por motivos profissionais, estava impossibilitada de estar presente a horas nessa reunião e tentou, por três vezes, telefonar ao Senhor Presidente da Câmara. A primeira vez não a atendeu, pensou que estivesse ocupado. A segunda, voltou a não atender. E a terceira, muitas horas depois, fez questão de lhe desligar a chamada. Nenhuma dessas chamadas lhe foi devolvida. Acha que, no mínimo, ela estava-lhe a ligar na qualidade de Vereadora do Órgão ao qual o Senhor Presidente preside, no mínimo ter-lhe-ia devolvido a chamada. Ela chama a isso falta de educação, para não dizer outra coisa e, portanto, a partir desse momento não se sente na obrigação de justificar, ou não, qualquer comparência da sua parte às reuniões de Câmara. Depois, queria também dizer ao Senhor Presidente que quando ela chegou a casa e viu a Ordem de Trabalhos para uma reunião, que teria a duração de 1 hora e que tem 3 páginas de frente e verso pensou que era uma brincadeira de Carnaval. Depois caiu nela e disse: Não, deste Presidente da Câmara já esperamos tudo. Queria dizer ao Senhor Presidente que não pactua com as suas malandricas, porque é mesmo esse o termo. O Senhor Presidente, na reunião do dia 25 de janeiro, o seu raciocínio foi este: Ai os malandros dos Vereadores, então vêm aqui e chumbam-me tudo, não me deixam fazer obra. Por amor de Deus, então eu preciso deles para alguma coisa? Não vai haver reunião. Ou o Senhor Presidente quer-lhe fazer crer que nem o Senhor, nem a Senhora Vice-Presidente no dia 8 estavam disponíveis, ainda por cima porque diz que vão tratar de interesse, quais interesses, a Lisboa de coisas de muito interesse para o Município e para os Municípios? Como quem diz: Vocês são uma cambada de malandros e de garotos que vêm aqui e eu não estou para vos aturar. E depois marca uma reunião e acha que andam todos a seu mando. Ela, pelo menos, não anda e não pactua com este tipo de comportamento porque o Senhor Presidente, de vez em quando, como é seu hábito, alheia-se da realidade e depois, de repente, cai em si: Ai, espera lá que eu, afinal, sou obrigado a fazer duas reuniões por mês. No mínimo, teria telefonado aos Senhores Vereadores e teria tentado agendar um dia em que pudessem e dizer: Olhem, realmente, há aqui uma reunião. A Ordem de Trabalhos é muito extensa. Até já está marcada uma Assembleia Municipal com pontos na Ordem de Trabalhos que aína nem sequer foram discutidos na Câmara, vamos lá ver se conseguimos combinar aqui um dia. Era, no mínimo e, certamente, todos teriam vontade e contribuiriam para acertar uma hora e um dia e viriam, como vêm a todas as reuniões. Agora, o Senhor Presidente não pode é convencer-se que faz dos Senhores Vereadores, pelo menos dela, palhaça e que ela vem ali e diz: Bom dia Senhor Presidente. Ámen Senhor Presidente. Não, não o faz. Portanto, não justifica a sua falta. Só um outro assunto que queria ali referir, que ficou incrédula, é este o termo, quando chega para passar o fim-de-semana e repara que o Senhor Presidente cortou, lapidou, decepou uma árvore



Reunião de 22/02/2017

antiquíssima, rara, secular, linda. Perguntou ao Senhor Presidente porquê e que ele precisava de tratamento psicológico em relação às árvores e à natureza. O Senhor Presidente corta tudo a direito. Ali no Largo da Câmara é olhar para o largo, cortou tudo que era cedro, não ficou nem um, árvores, tílias, na Avenida, durante o seu mandato, é contar as que já cortou e as que já foram à vida. Em todo o lado, enfim, mais os plátanos, sabe-se lá o que é que foi feito dos plátanos, secaram todos. E o Senhor Presidente vai cortar uma árvore? Ela podia dizer que quando esteve ali no Senta-Aí as árvores eram, exatamente, as mesmas e ela podia dizer que muita gente que lá ía fotografava aquelas árvores e demonstrava particular interesse por elas porque, realmente, são árvores lindas e raras. E o Senhor Presidente chega a uma árvore que deve ter, não sabia, mas toda a vida se lembra da árvore. Pessoas com quem fala lembram-se da árvore ali, árvores bonitas que, realmente, há poucas e ela só via essas árvores aqui em Nelas, nunca as viu em mais lado nenhum e o Senhor Presidente chega lá e corta a árvore e está a andar. E põe ali nas Quatro Esquinas, que desculpasse, na sua opinião, uma coisa de um mau gosto atroz, uma coisa lamentável. Ela, Vereadora Dr.^a Rita Neves, nem sabe o que é aquilo, mas aquilo é mosaico branco para estacionar os carros num centro histórico de uma Vila? É que se ainda pusesse um granito, um lajeado, qualquer coisa, uma calçada portuguesa, mas isso, para o Senhor Presidente deve uma parolíssima. Então, chega ali, estampa ali um mosaico que aquilo é uma coisa de bradar aos céus. O Senhor Presidente, realmente, tira o bom, tira o que está e põe, não é mau, é péssimo. E em relação às árvores, volta a dizer ao Senhor Presidente que as árvores são património de todos nós e o Senhor Presidente não tem o direito de cortar as árvores a seu belo prazer. Não pode fazer isso, não pode e não deve. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que tinha reparado que o Senhor Presidente, desde o início do seu mandato, criou um ordenamento jurídico para o Concelho de Nelas. O ordenamento jurídico nacional não funciona. O Senhor Presidente, certamente, fez ali um Código Administrativo, de autoria de Borges da Silva. Altear isto. Faz o que quer e que bem lhe apetece. Aliás e tem decorrido disso é que o Senhor Presidente tem ido para o Tribunal e tem levado sopa em todos os processos. Queria dizer ao Senhor Presidente da Câmara que qualquer ato que ele cometa no âmbito da ilegalidade que está a fazer e que quer fazer, reafirma, qualquer ato que se avizinhe ilegal e irregular, quer-lhe dizer que ele, Manuel da Conceição Marques, na qualidade de Vereador, tentará uma providência cautelar no TAF de Viseu para que esses atos não venham a prejudicar o Município e que não venham a prejudicar pessoas. Podia-lhe garantir que era limpinho, limpinho, limpinho. Quanto ao Coração do Dão, agradeceu ao Senhor Vereador Adelino Amaral, por ter reforçado esse pedido e por lhes permitido e ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, subscrever esse pedido de agendamento. De facto, é vergonhoso a onda que está a passar pelo nosso Concelho de destruição do passado. Era um passado memorável, o Nelas Coração do Dão, de uma pessoa que deu tudo ao Concelho de Nelas, referia-se ali ao seu Amigo, Saudoso Amigo e Professor Rui Neves, porque foi da autoria dele que surgiu o Nelas Coração do Dão. Não percebeu, não percebe o que é que passa pela cabeça do Senhor Presidente da Câmara para destruir aquilo que os antepassados, designadamente, algumas pessoas do Partido Socialista e ainda por cima do Partido Socialista, o Partido que o sustenta no Município, o move para essa destruição, não entendia. Agradeceu ao Senhor Vereador Adelino Amaral por lhe ter permitido que ele, Vereador Dr. Manuel Marques e ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, terem permitido que ele subscrevesse esse requerimento. Não sabia se os seus



Reunião de 22/02/2017

Colegas Vereadores verificaram e aliás veio a concluir-se exatamente aquilo que ele previa, são aqueles painéis que ainda por aí espalhados, proliferam por todo o Concelho painéis de obras de Somos Breves, mas há um que mexeu com ele. São aqueles painéis que estão postos na requalificação das fossas, de requalificação não tem nada a não ser assentar duas fiadas de blocos, uma rede e uma porta. Depois o Senhor Presidente da Câmara já disse para o Senhor Presidente da Junta que essa parte da limpeza não é nada nesta senda, não tem nada a ver com esta empreitada porque depois vai arranjar uma empresa para fazer a manutenção das fossas e as limpezas. Mas não sabia se os seus amigos verificaram, em cada painelzinho está lá - Investimento total: 125.000,00 euros. Isto é publicidade enganosa. O que é que as pessoas leram e vieram dizer-lhe? Então, mas afinal o Senhor Dr. Marques dizia que era 4.000,00 euros por cada fossa, não, é 125.000,00 euros por cada fossa. Porque, habilidosamente, para verem que gastou tanto dinheiro, os tais milhões de euros que este homem, na cabeça dele e miraculosamente soma aqueles milhões de euros todos, ainda como foi no caso do funeral do tal Senhor, que acha que deixou para aí uma viúva, ele não sabe, vem dizer que vai fazer milhões de euros de obras no Concelho. São milhões de euros, de facto, 125.000,00 euros x 30 deve dar, não sabe quanto, para aí 3 milhões de euros, 30 fossas x 125.000,00 euros. Isto quer dizer que o Senhor Presidente, mais uma vez, mentiu, mentiu desta vez e mentiu na história que obriga a Cunha e Vaz a vir dizer aos Senhores Jornalistas, vejam lá que não são nada 250, ou 200, os alunos que estavam aí na Europeia, eram só 66. Aliás, o Senhor Presidente da Câmara fez isso na dívida, continua a fazer na dívida, continua a dizer quando foi das águas da Câmara de Mangualde que ia poupar 800.000,00 euros, continua a dizer que vieram mais 2.000 pessoas para o Concelho, afinal reduziu a população. Diz que criou 1.000 postos de trabalho, mas em contra ciclo o desemprego aumentou no nosso Concelho. É esta a política do Senhor Presidente da Câmara, a política da mentira, a política da mentira. E um Presidente da Câmara, pese embora, seja político, mas a política também se compadece com verdades. Não. O Senhor Presidente da Câmara continua a mentir de forma descarada para as populações. O Senhor Presidente da Câmara podia lá ter posto: Investimento global: de facto, 125.000,00 euros; Investimento local, ou investimento nesta fossa: 4.000,00 euros, porque 4.000,00 euros as pessoas viam o que é que o Senhor Presidente estava a fazer. Em relação à suinicultura, para responder ao Senhor Vereador Artur Ferreira, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, sempre esteve por trás deste processo e não esconde que esteve por trás desse processo. E o Senhor Presidente da Câmara, que tem sustento legal, que tem fundamentação legal para tomar uma posição, não o fez. A DRAP Centro, que é quem o legaliza, não o fez. Só lhes restou uma coisa, participar ao Ministério Público um eventual crime de negação de justiça. Porque o direito não está a ser aplicado nesta matéria, nem está a ser aplicado pela Câmara Municipal, nem está a ser aplicado pela DRAP Centro. Os Senhores participaram ao Ministério Público da Câmara e da DRAP por causa disto, porque há aqui uma violação clara da lei, há ali uma violação clara dos pareceres que foram dados, que era contra a saúde pública, que era por causa dos ventos, por tudo. Neste Órgão aqui foi tudo discutido e depois o Senhor Presidente da Câmara faz como Pilatos, lava as mãos e porque é o indivíduo, neste momento, não gosta do Manuel Marques, é mais um votito que eu vou aqui arranjar. Já lhe faz lembrar ter ali na Câmara 3, ou 4 pessoas para fazer a limpeza, o Senhor Presidente da Câmara, neste momento está a fazer um contrato de limpeza para a Câmara e limpeza para o Multiusos. Uma vergonha. Uma redonda vergonha. O Senhor Presidente menospreza os



Reunião de 22/02/2017

Trabalhadores da Câmara para fazer avenças e contratos, saiba-se lá bem porquê. Só ele poderá explicar, que não explica. Como também não explicou quais é que foram os fundamentos, o que é que foram fazer a Lisboa, ou o que é que foram fazer à CCDR para adiar a reunião do dia 8. A Colega Vereadora Dr.^a Rita Neves disse ali uma coisa que é espetacular. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, acha que a Câmara de Nelas não precisa de Políticos, nem precisa dos Assessores dos Políticos. Pede para falar com o Senhor Presidente da Câmara, não está. Pede para falar com a Senhora Vice-Presidente da Câmara, não está. Não liga ele diretamente para ter uma prova. Pede para falar com a Senhora Dr.^a Susana Cardoso, não está. Pede para falar com toda a gente, ninguém está. Mas será que a Câmara está a ser governada em auto gestão? A bel prazer? Onde é que estão os Eleitos? Por onde é que eles andam? Liga para a Câmara várias vezes para pôr questões na qualidade de Vereador e às vezes até para pôr questões na qualidade de Cidadão. Não está. Ninguém está. Portanto, isto está em auto gestão e está de uma forma vergonhosa que o Povo do seu Concelho já começou a perceber a situação. Ao funeral não foi porque, se calhar, houve para aí pessoas que pretenderam que o Senhor morresse, se calhar podia falar e se calhar foi bom que até morresse. Não foi de condolências mas foi de parabéns, aquele funeral, mas isso são outras questões que pode ser que mais tarde se venham a apurar. Quanto ao material aplicado lá em baixo nas Quatro Esquinas, ele nem queria falar nisso, aquilo é tão vergonhoso que até se enoja falar naquilo. Mas há ali uma coisa que ressalta ao bom Cidadão e ao Cidadão comum do seu Concelho, é que o granito é produzido cá, o cubinho é produzido cá, os cubos são produzidos cá, os paralelos são produzidos cá, as lajetas, eventualmente, poderiam ser produzidas cá, aquele tipo de material, o Senhor Presidente da Câmara preferiu entregar e comprar fora do Concelho, que é essa a sua vontade. Noutro dia fez um trabalho, foi à plataforma. O Senhor Presidente da Câmara, serviços fora do Concelho, 7 milhões de euros, repetia, quase 8 milhões de euros, serviços a pessoas do Concelho, 700.000,00 euros. Está ali a forma de desenvolvimento que o Senhor Presidente da Câmara quer para a sua terra, quer para o seu Concelho, quer para as suas gentes. Aos de Nelas: Ai tens aí coisas para vender, não, eu prefiro ir comprar a Mangualde. Preciso de ir comprar ferro, vou comprar a Seia, até se compra em orçamentos completamente diferentes dos valores. Pede-se um orçamento para uma rede de 5 mm e o preço do A, do B e do C e que o Senhor Presidente o processe que ele prova, pede-se 5 mm de grossura da rede. Mas, depois, fornecem de 4 mm, que é mais fácil, que é para o tal Senhor poder fornecer. É esta a gestão do Senhor Presidente nesta casa. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, que foi corrido e foi tão enxovalhado pelo Senhor Presidente, aliás, a campanha eleitoral que o Senhor Presidente dizia: Não acredites na malta do Manel, para a Câmara vota Borges da Silva e para a Junta vota João Miguel, hoje vê-se a vergonhosa gestão do Senhor Presidente está a fazer ali, a gestão parcial e particular que está a fazer. E isto o Concelho não se pode compadecer com a gestão do Senhor Presidente, com as avenças que pede, com isto tudo para o seu escritório e depois manda a sócia do seu escritório dizer: Ó Manuel Marques não fale mais nas avenças porque isto é o ganha-pão da sua Família. Isto foi-lhe dito no Jantar das Velhas Guardas dos Bombeiros de Canas de Senhorim. E, depois, em consequência recebe uma chamada telefónica: Ou se te calas, sob ameaça de morte, de uma pessoa ligada ao Senhor Presidente da Câmara. Não ia dizer quem é porque está em investigação. Já sabe quem é. É para verem qual é a política, qual é a prática, qual é o medo que o Senhor Presidente impõe nas pessoas e como é que trata quem lhe faz Oposição. Ele,



Reunião de 22/02/2017

Vereador Dr. Manuel Marques, foi eleito com a mesma legitimidade que o Senhor Presidente. Todos os Senhores Vereadores idem. Mas o Senhor Presidente pensa que a casa amarela é sua. Não. A casa não é do Senhor Presidente, é do Povo. O Povo é que representa e os Senhores Membros da Câmara estão ali em representação do Povo. Por isso, está na hora, o Senhor Presidente já disse para alguém que se ia embora, está mesmo na hora de ir embora e que vá antes que seja tarde. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que ia dar alguns esclarecimentos relativamente a algumas questões que foram colocadas. A primeira reunião de Câmara do mês foi adiada, foi dada sem efeito ao abrigo do artigo 40.º, n.º 4, da Lei, porque como foi, aliás, devidamente comunicado aos Senhores Vereadores. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que não foi devidamente, foi fora do prazo. Eram três dias úteis. Quaisquer alterações ao dia e hora objeto da deliberação prevista no n.º 2 devem ser devidamente justificadas e comunicadas a todos os membros do órgão com, pelo menos, três dias de antecedência e por protocolo. A reunião era na quarta-feira de manhã e o Senhor Presidente comunicou na sexta-feira à tarde. -----

---- O Senhor Presidente perguntou se isso não eram três dias de antecedência. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente sabia tão bem quanto ele que o dia do ato não conta nos termos do Código Civil. O dia do evento não conta. O dia da notificação não conta. O Senhor Presidente sabe isso, mas só joga com as coisas que lhe convém. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o teor das reuniões que impossibilitaram a realização dessa reunião foi com a CCDR, de manhã, a propósito do projeto que a Câmara tem das áreas de acolhimento empresarial em que está para decisão agora em fevereiro e em março e que foi pedido ao Executivo para fazer retirar das áreas de acolhimento empresarial, em particular, a da área de acolhimento empresarial 1, onde está previsto um investimento de 3.750.000,00 euros na construção de novos arruamentos e de novos lotes, para tirar da Carta de Risco de Incêndio grave e muito grave, que consta do PDM e, portanto, o Executivo está a rever a Carta de Risco de Incêndio, já contratou uma empresa para esse efeito e está marcada uma reunião, crê que de sexta-feira a 8 dias da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios para rever a Carta de Risco de Incêndio. Será na próxima sexta-feira que se vai realizar a reunião da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Queria dizer que o Executivo contactou essa empresa para fazer a alteração da Carta de Risco e o vai fazer gratuitamente porque foi a empresa que fez a Carta de Risco de Incêndios que está em vigor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que o Senhor Presidente não precisa de alterar a Carta de Risco de Incêndios por causa disso. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que depois era necessário também, uma vez que a área edificada para efeitos industriais e aquela que se pretendia ampliar, que são 16 hectares de novos lotes, incluindo um arruamento que vem dar á rotunda das Escolas ali, para servir o interior da Zona Industrial, entende a CCDR que, ultrapassando os 20 hectares, o edificado e a nova construção, é necessária uma nova avaliação de impacto ambiental. Portanto, pediu também ao Executivo para, pelo menos, provar no processo o início do estudo de impacto ambiental. O Executivo está a pedir orçamentos a empresas que fazem estudos de impacto ambiental. Nesta fase, o Executivo já recebeu um orçamento de 18.000,00 euros, mas está a



Reunião de 22/02/2017

pedir a mais empresas, para encetar, porque sem o início do estudo de impacto ambiental e sem a alteração da Carta de Risco de Incêndio a CCDR não nos aprova a candidatura das áreas de acolhimento empresarial. Por outro lado, o Executivo tinha também uma reunião com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, pedida pelo Executivo, e marcada para aquele dia, porque o Executivo soube que no dia 6, ou 7 de janeiro deste ano foi entregue a uma empresa externa o estudo de requalificação da Linha da Beira Alta, no âmbito da modernização da mesma, cujas obras vão iniciar-se no segundo trimestre de 2018. Portanto, o Executivo foi a essa reunião com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, que remeteu o Executivo para as Infraestruturas de Portugal. Portanto, as Estações de Canas de Senhorim e de Nelas, em função dos comboios de 700 metros, ou 750 metros, que vão passar a ter, necessitam de obras. E foi ver também se tinha a oportunidade de condicionar esse estudo no sentido de, quer em Canas de Senhorim, particularmente em Canas de Senhorim, quer também na Lapa do Lobo onde há pretensão dos moradores de que haja mais paragem de comboios, quer em Nelas, a Linha do Caminho de Ferro deixe de ser um estrangulamento ao crescimento urbano de Nelas para Sul e que permitam ao Executivo esse estudo no alargamento de pontes, o alargamento de viadutos e a Câmara está a preparar também um estudo, que vai enviar, que os Serviços Técnicos estão a fazer, porque depois as Infraestruturas de Portugal pediram esse estudo para ser enquadrado, encaixado com o estudo da requalificação da Linha da Beira Alta, cujo canal vai ser o mesmo, portanto, não vai haver alterações de canal. Portanto, o Executivo está a preparar também esses pontos para indicar. E o Executivo aproveitou também, nas Infraestruturas de Portugal, para verificar a situação rodoviária do Município de Nelas, não era só a ferroviária, como a rodoviária, muita dela está também nos estudos prévios das áreas de acolhimento empresarial, particularmente a rotunda da Borgstena e uma rotunda na E.N. n.º 234 e eventual duplicação da via desde o Hotel da Urgeiriça até cá em cima à Rotunda da Vinha e uma, ou duas rotundas lá em cima na Zona Industrial 1 de Nelas. Portanto, o Executivo foi lá também questionar as Infraestruturas de Portugal relativamente a essa questão. O Executivo está a reafirmar as pretensões do Município de Nelas nesse sentido. Procurou também na questão do IC 12. A informação que lhe foi dada é que só em meados é que vai haver, relativamente aos corredores do IC 12, uma decisão do Governo, sendo que por via da opção ferroviária é clara e, portanto, vai ter mexidas no Concelho de Nelas no canal e, particularmente, nas Estações. Portanto, era essa a urgência do Executivo ser parte da solução e também verter para o estudo e para o processo manifestar que a Câmara de Nelas está interessada em estar por dentro desse estudo. Relativamente à questão do trabalho que está a ser realizado na requalificação das 30 fossas, esta é a primeira fase, que é a desmatção e a vedação das fossas. E, depois, está no caderno de encargos, na memória descritiva, a retirada de lamas, portanto, constitui uma das operações fundamentais dos atos que a empresa Irmãos Almeida Cabral Ambiente está a praticar é a retirada das lamas para depois a fossa, pela natureza da própria, retiram. Portanto, a segunda fase é a retirada das lamas e a terceira fase, que não consta deste procedimento, é a Câmara Municipal assumir que tem que fazer um contrato de manutenção das fossas para elas funcionarem. Será um custo ambiental que o Município terá que assumir e, portanto, fazendo este investimento nas fossas a seguir tem que as manter em funcionamento e uma fossa em funcionamento tem que ser e o Executivo está preparado para isso, está a preparar o Município para isso porque, quer na ETAR de Canas de Senhorim, quer na ETAR de Nelas



Reunião de 22/02/2017

III está prevista um sistema de tratamento de lamas e das fossas e de outras 6 ETAR,s que vão ser construídas. Este custo será um custo ambiental que depois só faz sentido se houver sustentabilidade depois do trabalho que está a ser feito agora. Ele, Senhor Presidente, visitou algumas fossas e podia dizer que lhe foi manifestado o agrado por todas as pessoas com quem contactou junto das mesmas no sentido de estar ali uma infraestrutura a fazer correr os esgotos a céu aberto e há mais de 20, ou 30 anos e onde havia silvas por cima agora passa a haver uma estrutura que pode ser requalificada. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu ao Senhor Presidente para lhe dizer, objetivamente, o que é que fez em cada fossa, se construiu trincheiras, porque objetivamente não tocou nas fossas. O Senhor Presidente falhou mais uma vez em relação ao que lhe pediu. Vai ter que o juntar quando for pedido pelo Tribunal. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges colocou uma questão relativamente à E.N. n.º 231-2 e, de facto, aquela operação foi feita ali e foi feita em mais sítios e, portanto, é um excelente trabalho que o Município anda a fazer na rede viária municipal de retirar as raízes que muita sinistralidade, seguramente, ao longo destes anos provocaram e a Câmara nunca as tirou. Ali ainda não foi alcatroado porque foi necessário fazer um procedimento e está a decorrer um procedimento para serem alcatroados aqueles troços e, ele, Senhor Presidente, sem o procedimento estar concluído não pode dizer à empresa para ir alcatroar aquilo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que apenas o questionou porque há cerca de um mês disse-lhe que na semana seguinte estaria alcatroado. Então dava uma sugestão ao Senhor Presidente. Concorde que a intervenção é correta, é necessária. Só não concorda que o assunto fique atrasado. Também convidava o Senhor Presidente a que fizesse, se calhar, no sítio onde a intervenção é mais necessária, que é também na E.N. n.º 231-2, entre Vale Madeiros e a Felgueira, que é, provavelmente, a estrada do Concelho, que sob esse ponto de vista, está em piores condições. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges tinha toda a razão e será feito a seu tempo. Relativamente às curvas da Urgeiriça também já manifestou que o Senhor Vereador Adelino Amaral tem toda a razão sobre essa questão. Podia dizer ao Senhor Vereador Artur Ferreira relativamente ao número de visitantes que ele, Senhor Presidente, foi à receção. Não deixa também de dizer que o número de visitantes de 200, ou de 67, tirem o brilho àquilo que foi uma iniciativa da Universidade Europeia em que Nelas não estava incluída, por, particularmente, muito esforço e muita dedicação da Senhora Vereadora e Vice-Presidente, Dr.ª Sofia Relvas e num sítio em que na Linha da Beira Alta, em todo este percurso, a Estação que mais bem colocada está no percurso da Linha da Beira Alta é a de Nelas, numa viagem turística Nelas não fosse contemplada. Isto foi tratado em 2, ou 3 dias. A indicação que o Executivo tinha era que seriam à volta de 200 participantes. Aliás, a Lusovini fez sacos com uma garrafa de 0,375 e o Executivo meteu panfletos para 200 participantes e só à hora que o comboio chegou, que chegou com quase duas horas de atraso, não foi às 18 horas, foi às 20 horas, é que o Executivo soube que eram 67. Nem os contaram. Sabia que puseram um autocarro. A nota de imprensa estava preparada e ele, Senhor Presidente, acha que foi uma jornada excelente, de ligação da juventude e dos estudantes universitários relativamente a plantar ideias de futuro e proximidade do Município de Nelas relativamente ao Enoturismo e à Restauração e teve nisso a parceria da Lusovini com uma



Reunião de 22/02/2017

prova de vinhos e as pessoas foram encantadas com a imagem do Município de Nelas. Relativamente ao Centro Escolar e ao insucesso escolar, depois já passa a palavra à Senhora Vice-Presidente, disse ao Senhor Vereador Artur Ferreira que ele, Senhor Presidente, não tinha informação nenhuma de falta de quaisquer copos, ou de não sabia o quê, para o fluor, mas a Senhora Vice-Presidente já ia dar esclarecimentos sobre isso. Relativamente à questão das lamas que estão em Senhorim, o Executivo está a fazer uma investigação, aliás, recebeu uma comunicação da AZU a dizer que fez uma queixa-crime contra uma empresa que, alegadamente, terá lá colocado as lamas. Tinha a indicação anterior que eram lamas tratadas e que eram fertilizantes para umas plantações que iam lá ser feitas. Em relação à suinicultura de Algerás, de facto, a Câmara recebeu do Ministério Público uma comunicação a pedir elementos e foram todos fornecidos. A indicação que ele, Senhor Presidente, tem do Senhor Eng.º João Luís era que, de facto, continuam a existir lá alguns porcos. A Câmara tem reportado isso às entidades competentes para a fiscalização e acha que o número de efetivos que lá está implica um nível de licenciamento que já nem sequer passa pela Câmara Municipal. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, quer o Senhor Presidente queira, quer não, passa sempre a parte ambiental. Se põe em causa a saúde pública do seu Concelho, essa é uma das competências do Senhor Presidente da Câmara, ou da Câmara. -----

--- O Senhor Presidente afirmou que o Executivo vai insistir para que a situação se resolva. De facto, está atrasado o agendamento do Regulamento de Trânsito para a Assembleia Municipal porque está em formulação na CIM Viseu Dão Lafões um Plano de Mobilidade e Transportes que pode implicar também grandes alterações em termos de trânsito e, portanto, queria levar um regulamento já mais estabilizado e definitivo. Não sabia se considerava isso legítimo, mas tinha que o admitir como legítimo, acha sempre a referência à morte das pessoas um avanço civilizacional de que quando as pessoas morrem não se deve pegar nesse tema da morte das pessoas para fazer política, ou para fazer críticas. Queria realçar que, mercê do trabalho, nos dois últimos dois anos, em 2015 e em 2016, e da excelente parceria que a Câmara de Nelas fez com o Clube Automóvel do Centro e tendo como Diretor da prova o Senhor Jorge Amorim, que morreu nas circunstâncias trágicas em que faleceu, tendo deixado Família, uma filha pequena, sentiu-se na obrigação, como Presidente de Câmara, sem menosprezo, naturalmente, pelos Munícipes que morrem e pelos funerais a que vai e a indicação que tem da sua Secretária é que tudo que é pessoas de relação direta de Trabalhadores e outros Munícipes, de ir a outros funerais. Acha que nunca foi, na sua vida toda, a tantos funerais como agora vai. Queria deixar ali, como Presidente de Câmara, o seu voto emocionado da participação que o Senhor Jorge Amorim e a dedicação a iniciativas tão importantes como foram as realizações que só puseram Nelas, em termos promocionais em bom plano. Em relação ao Centro de Saúde de Carvalhal Redondo e à Extensão de Saúde de Carvalhal Redondo e Santar, o Executivo está a assegurar os meios para que as Extensões de Saúde continuem a funcionar. É uma responsabilidade da Administração Central a que o Executivo tem dado todo o apoio, como é evidente e, portanto, continuam a funcionar e o Executivo espera que continuem a funcionar cada vez melhor e todos os reparos são importantes nesse sentido. Relativamente à questão das faturas irregulares, tem insistido com a Direção Geral do Orçamento para lhe enviar o Relatório Definitivo do processo de



Reunião de 22/02/2017

averiguações que foi feito em 2014. Portanto, o que é que tem sido feito, no âmbito das competências do Presidente da Câmara nesse aspeto? Relativamente a um Advogado de Nelas, o Senhor Dr. Bruno Seixas, tem ali, para ratificar esse Acordo. Tinha debitado 2.500,00 euros ao Município. Foi feito um laudo, que é uma peritagem, e a peritagem confirmou, de facto, a Ordem confirmou a prestação de serviços e baixou o montante para 1.900,00 euros e ele, Senhor Presidente, põe a possibilidade destas situações irem sendo regularizadas. Aliás, entrou um outro processo que já houve audiência preliminar das Construções Leal, também em Viseu, em que foi feito um acordo, lá na audiência preliminar relativamente às obras, de haver uma peritagem quanto às mesmas, com um perito nomeado pela Câmara e um perito nomeado pelo empreiteiro e depois a Senhora Dr.^a Juiz decidir as questões das nulidades que foram levantadas e ele, Senhor Presidente, queria relembrar a todos os Senhores Vereadores, porque também têm cópia do Relatório da Inspeção Geral de Finanças que as questões das nulidades não foram levantadas por ele, foram levantadas pela Inspeção Geral de Finanças. Ele, Senhor Presidente, na contestação, reafirma as nulidades levantadas pela Inspeção Geral de Finanças. Depois, está marcada a reunião para o próximo dia 27 de fevereiro e é uma competência do Presidente de Câmara marcar as reuniões quando não há quórum e os Senhores Vereadores farão como muito bem entenderem. Só para terminar. Relativamente à questão daquela árvore que estava nas Quatro Esquinas há um relatório dos Serviços de Ambiente a dizer que estava em risco de queda e ele, Senhor Presidente, recorda que, daquelas árvores, lembra-se ter plantado mais de uma dúzia delas, em Canas de Senhorim, 4 e ali nas Quatro Esquinas vão ser plantadas 3. Aquilo chama-se pêndulos invertidos e vão ser plantadas 3. Vai arranjar de maior porte possível e é fácil de constatar, neste mandato já foram plantadas mais de 400 árvores no espaço público. Só na Mata das Alminhas são 100. Relativamente à reabilitação urbana de Nelas e das Quatro Esquinas, ele, Senhor Presidente, recorda que ela foi aprovada ali na Mesa de Reuniões. Agora, a questão que se coloca ali e que o Executivo admite, naturalmente, fazer a discussão pública da reabilitação urbana. O que é um facto é que o Município de Nelas tem disponibilizado pela CCDRC 1.200.000,00 euros FEDER, mais o acelerador de investimento, que são 10%, para reabilitação urbana e, portanto, em março vão ter que reponderar essa questão da reabilitação urbana. Queria responder a tudo. A questão da reabilitação urbana é importante, tem que ser discutida porque o Executivo também tem a informação e está previsto ali também na Câmara e é uma boa notícia, a preocupação do Executivo era que a Avenida António Joaquim Henriques, como tem sido até agora, apesar de estar ali os Mathias e a Estação do Caminho-de-Ferro, é um bocadinho as costas da Vila de Nelas e queria que passasse a ser uma nova centralidade da Vila de Nelas. Há investimentos já ali na Câmara, que entraram na Secção de Obras como obras naquelas garagens que estão abandonadas há muitos anos e pensa que é uma empresa do Grupo ligado à Saúde, que se vai instalar lá na Avenida dos Mathias e acha que era uma oportunidade de se consensualizar de facto e também com esta questão da requalificação da Linha da Beira Alta, fazer daquele eixo, entre o Pomar e o cimo da Avenida António Joaquim Henriques, uma nova centralidade de Nelas e temos meios para isso, que são os disponibilizados pela CCDR e era uma pena que não se aproveitassem para este efeito. Pensa que respondeu, objetivamente, àquilo que considera que tinha que responder. Relativamente ao insucesso escolar, aos projetos e ao Centro Escolar e ao fluor perguntou à Senhora Vice-Presidente se sabia de alguma coisa que possa dar ali uns



Reunião de 22/02/2017

esclarecimentos. -----

---- A Senhora Vice-Presidente Dr.^a Sofia Relvas Marques cumprimentou todos os presentes. Afirmou que, relativamente ao programa do fluor aquilo que ela sabia era que não é obrigatório, aliás, os pais têm que assinar uma declaração para que esse componente seja administrado às crianças. No Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim isso já ocorreu até por referência de alguns pais. No Agrupamento de Nelas, de facto, este ano ainda ninguém recebeu uma declaração para assinar. Desconhece o porquê. Não é um programa que passe, propriamente, pela Câmara Municipal. Ela, Senhora Vice-Presidente, até deduz que seja um programa de promoção de saúde oral, provavelmente em consonância com a Unidade de Cuidados à Comunidade. Não sabe, mas pode tentar saber porquê. Relativamente ao contrato que foi aprovado pela CIM Visão Dão Lafões na candidatura que vai apresentar ao PO Regional relativamente a projetos de promoção do sucesso educativo, foram dois anos de trabalho construtivo entre Comunidade Intermunicipal, Municípios e Agrupamentos de Escolas dos 14 Municípios. Com a entrada deste Governo, este Senhor Ministro da Educação fez aprovar um Plano Nacional para a Promoção do Sucesso Educativo, que obrigou à introdução dos princípios do mesmo na estratégia que a própria CIM Viseu Dão Lafões já tinha plasmado no Pacto para a Coesão e Desenvolvimento Territorial e por isso é que ela diz que foram, de facto, 2 anos de muitas reuniões entre todos os Municípios e os Agrupamentos. Todos os Agrupamentos, no verão passado, foram convidados a fazer uma formação para construírem cada um deles um Plano de Ação para a Sensibilização do Sucesso Educativo, para além do Projeto Educativo que já têm. Todos os Planos de Promoção do Sucesso Educativo de todos os Agrupamentos foram integrados na estratégia que a CIM já tinha no Pacto, integrados nessa mesma, de acordo com as verbas que estavam definidas no Pacto e aquilo que foi, neste momento assinado e consensualizado para candidatura é o resultado de toda essa integração que está nessas três grandes rubricas que foram divulgadas e que ascende ao valor total de cerca de 244.000,00 euros para dois anos, no caso do Concelho de Nelas, em projetos, nos dois Agrupamentos de Escolas, projetos que vão desde dotar laboratórios, uma equipa multidisciplinar de Psicólogos, Terapeutas, Mediadores Especiais, que vai recorrer, é uma das enormes carências que os Agrupamentos de Escolas têm. São também introduzidas metodologias criativas e de abertura à comunidade para atingir esse objetivo máximo que é a promoção do sucesso educativo, diminuição das taxas de abandono escolar e diminuição dos níveis de insucesso escolar que existem, em particular, nalguns anos curriculares que os dois Agrupamentos identificaram nos seus Planos de Promoção do Sucesso Educativo. Aqui o Município age em total parceria com aquilo que é definido pelos dois Agrupamentos e que tem que respeitar o Plano Nacional para a Promoção do Sucesso Educativo. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que queria concentrar esta sua segunda intervenção na questão das obras de requalificação urbana que tiveram como consequência aquele facto que a Senhora Vereadora Dr.^a Rita Neves sublinhou do corte das árvores e também se enquadra naquele requerimento que foi feito, num pedido de esclarecimento que foi feito sobre a matéria. Em primeiro lugar, o Senhor Presidente da Câmara diz que plantou 400 árvores em 4 anos. Ele, Vereador Adelino Amaral, julga que nos últimos 4 anos plantou ele, com as suas mãos e não estão assim muito calejadas, ele plantou mais de 400 árvores. Portanto, infelizmente, a taxa de sucesso não é muito grande até porque não tem os meios que a Autarquia terá, de facto, promover ao plantio, tratamento e cultivo das



Reunião de 22/02/2017

árvores e de outras áreas. Mas, seguramente, planta todos os anos umas boas dezenas de árvores na expectativa de, pelo menos, uma percentagem delas vá vingando e cresça. Portanto, não lhe parece nenhum número extraordinariamente elevado, antes pelo contrário. Aliás, há uma regra que diz que por cada árvore abatida 25 devem ser plantadas. E falam de 25 árvores da mesma espécie. E quando são espécies que devem ser protegidas, como é aquela que foi abatida, então deverá haver um cuidado especial. E há uma coisa que a ele lhe faz confusão. É como é que se plantam árvores no meio de cimento e no meio de alcatrão e não há zonas de proteção das árvores e encostam-se as calçadas ao tronco das árvores, é uma coisa que a ele lhe faz confusão e mexe com ele porque ele também planta árvores e trata-as com todo o carinho e não concebe como é que uma árvore consegue sobreviver plantada num quadrado que não tem um metro e com cimento à volta e com alcatrão à volta e com lajetas à volta. Portanto, parece-lhe que há, de facto, aí uma afirmação de vontade que não é vontade, é só para fingir que se faz qualquer coisa. Na Mata das Alminhas plantaram-se muitas árvores nas condições e plantar-se-ão noutras locais, não tem dúvida disso. Na Quinta da Cerca acha que não aconteceu isso porque acha que a última vez que lá foi, praticamente tinham desaparecido todas as árvores que tinham sido plantadas. Foram mal plantadas e foram mal cuidadas e lamenta isso profundamente porque eram milhares de árvores que fariam ali uma mancha florestal muito interessante e que, infelizmente, mais uma vez, a Quinta da Cerca caiu no esquecimento e nunca mais se fala nisso. Mas plantar 4 árvores em plenas Quatro Esquinas, no meio de um manto de cimento, manifestamente julga que poderá ser uma boa intenção mas não passará disso. E isso não pode compensar o abate de uma árvore que, pelo que lhe dizem, ele sempre viu aquela árvore mais ou menos com aquele porte, pelo que lhe dizem terá entre 80 e 100 anos. Não são muitos séculos. Não sabe se é uma espécie rara, se não é. Pensa que terá alguma raridade. É uma árvore com uma beleza estética fora do comum, que ainda por cima tem a vantagem de ter um sistema radicular que se enquadra perfeitamente em zonas urbanas, portanto, em ruas até com pouco espaço. Portanto, lamenta, profundamente que a árvore tenha sido cortada. Com franqueza, não viu na Autarquia, aliás as imagens que apareceram publicadas, que ainda estão disponíveis no Google, pensa que têm dois anos e em dois anos não lhe parece que uma árvore daquelas possa perder aquele vigor que demonstra nessas imagens que podem ser vistas. Lamenta profundamente, uma árvore é uma árvore, não é o fim do mundo, como é evidente, mas, de facto, há ali uma atitude de desrespeito para com a natureza e o nosso património, que ele, Vereador Adelino Amaral, só pode lamentar. Em relação às obras, ele que elogiou e continua a achar que o projeto de requalificação urbana das Quatro Esquinas tem o seu mérito. Mas, de facto, é dececionante ver como o projeto está a ser implementado nomeadamente os materiais que estão a ser aplicados, com algumas diferenças em relação àquilo que estava, pelo menos desenhado no projeto. Ele quase que sugeria que a Câmara e o Senhor Presidente da Câmara deveriam refletir e, se calhar, parar aquelas obras e refazer aquelas obras porque estão a falar do Coração de Nelas, estão a falar do centro da Vila de Nelas, estão a falar de uma zona nobre, que é enquadrada por edifícios, enfim, com alguma beleza, como é o caso do edifício da Farmácia e aquelas ruas ali à volta. Ele ficou dececionado quando começou a ver o desenvolvimento da obra em relação àquilo que tinha pensado e que tinha imaginado e que tinha dito ali na reunião de Câmara, ficou bastante dececionado com a apresentação daquela obra. E acha que justifica-se plenamente aquilo que ele invocou para a não votação das outras obras de requalificação em continuidade daquela



Reunião de 22/02/2017

que deveria, de facto, avaliar primeiro o efeito da obra das Quatro Esquinas. E, de facto, a avaliação neste momento não é muito encorajadora para que aquelas obras evoluam para outras áreas da Vila no mesmo sentido e com o mesmo cariz. Então, está a imaginar a Praça do Município e o Largo da Igreja requalificados com aqueles materiais e daquela forma, acha que é uma coisa que na sua aldeia se diz que é um escarro, porque, de facto, não lhe parece que aquilo seja enquadrado naquilo que é o nosso ambiente urbano. Acha que era importante, refletir, fazer uma ponderação e se for recomendável parar e inverter e voltar a colocar o que lá estava, também não vem mal nenhum ao mundo, gastaram-se uns milhares de euros mas também não é isso que vai, enfim, definir o nosso futuro e o futuro das próximas gerações. E em relação aos pedidos de esclarecimentos que fizemos nós não podemos andar a dizer que a Câmara e o Senhor Presidente de Câmara fazem obras em todo o lado e requalificações e coisas muito bonitas e depois o instrumento que era importante para promover a iniciativa privada em outras obras de requalificação de edifícios e por aí fora, nós não disponibilizamos e não aceleramos para que, de facto, esses instrumentos sejam disponibilizados para as pessoas. Não sabe o que é que diz a lei em concreto sobre tramitação da definição das ARU,s e da sua aprovação, presume que tenha que ser aprovada pela Câmara Municipal, pela Assembleia Municipal, se calhar pela CCDR e pelo Governo, publicado, presume que seja isso tudo e só depois é que os particulares terão acesso a esses instrumentos que lhe parece serem importantes e deveriam ter sido tratados com toda a celeridade e com toda a urgência para que a intervenção que a Câmara possa fazer, que tem cofinanciamento pelos fundos comunitários, pudesse ser acompanhada, de imediato, por projetos de iniciativa de particulares que dessem um enquadramento e aproveitassem a alavancagem, como se costuma dizer, que as obras que a Câmara possa levar a efeito terão concerteza na iniciativa privada. Além do pedido de esclarecimentos, ele, Vereador Adelino Amaral, renova ali o pedido para que aquilo seja tratado com toda a celeridade. As ARU,s foram aprovadas ali há mais de meio ano e não se compreende como é que isso, inclusivamente, a Câmara está a executar obras. Não sabe se tem algum prejuízo pelo facto de elas ainda não estarem aprovadas, ou não. Não sabe se em termos de IVA, não sabe se a Senhora Dr.^a Célia pode dar alguma indicação, com autorização do Senhor Presidente da Câmara. Não sabe se há algum prejuízo para a Câmara. Julga que a Câmara está isenta de IVA, portanto, não será por aí. Mas não sabe se haverá algum prejuízo para a Câmara pelo facto de estar a fazer obras em áreas de reabilitação urbana que ainda não estão aprovadas. Mas, manifestamente, há um prejuízo para os particulares que não podem utilizar os incentivos que a lei lhes põe à disposição. Lamenta também que passado este meio ano e apesar de todo o folclore que foi feito à volta das obras que a Câmara promove, não estejam ainda disponíveis para que as entidades particulares possam também envolver-se neste programa de requalificação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges cumprimentou novamente todos os presentes. Agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que, primeiro, queria dar os parabéns ao Senhor Presidente por uma situação que ele, há pouco esteve para referir, mas o Senhor Presidente falou aí na questão do Centro de Saúde de Carvalhal Redondo e ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, queria-lhe falar no Centro de Saúde de Canas de Senhorim. Tem indicações de que aquilo que foi pedido ao Senhor Presidente que está a ser executado e era para lhe agradecer o gesto e por lhe dar os parabéns por essa situação, que aquilo possa ficar com condições melhoradas e pelos vistos com um



Reunião de 22/02/2017

investimento muito reduzido. Já tinha sido feita alguma coisa e, portanto, a questão das casas de banho parece que está a ser trabalhada e, portanto, era para agradecer ao Senhor Presidente e para lhe dar os parabéns relativamente a isso. Também ali relativamente àquilo que foi falado pelo Senhor Vereador Dr. Manuel Marques e relativamente às nulidades do contrato, ele, pessoalmente, não acha que seja correto nós desculparmos uma coisa com outra e, portanto, efetivamente, a obra deve ter sido feita, concretamente nas que foram ali elencadas, mas a verdade é que não foram cumpridos todos os procedimentos que deveriam ter sido feitos. Poderá haver uma despesa, ou ter havido, efetivamente, uma execução. Agora, a tramitação e os procedimentos de contratação pública que deviam ter sido feitos, não o foram e, portanto, foram ultrapassados e ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, acha que devem fazer um esforço significativo para que isso aconteça antes, agora e no futuro. Portanto, independentemente de no passado ter sido feita uma coisa e que no futuro possa ser feita outra, ele acha que, efetivamente, se a lei determina que um procedimento é feito de determinada maneira, ele deve ser feito enquanto essa legislação estiver em vigor. Relativamente à reabilitação urbana ele tinha também essa preocupação. Portanto, se eles ali apenas delimitaram as áreas da Felgueira, de Canas de Senhorim, de Santar e de Nelas, Nelas está a ser feito pelo menos a questão do PARU. O resto parece que ficou por ali. Não sabe. Hoje os Senhores Vereadores entregaram um pedido para que, efetivamente, seja feito um esclarecimento. Efetivamente, parece-lhe, por aquilo que o Senhor Vereador Adelino Amaral também acabou de dizer, que é importante que essas ARU,s sejam definidas também para que os particulares possam fazer reabilitação e acha que a Câmara sozinha não deve, nem pode, nem deve fazer reabilitações, nem intervenções em prédios particulares, coisa que já fez, mas que não devia fazer e, portanto, acha que era bom que se desse alguma prioridade a essa questão. E, relativamente à questão da reabilitação urbana ele até sugeria ao Senhor Presidente, em jeito de graça, que ela fosse tratada na Junta de Freguesia de Nelas porque os Senhores Vereadores estarem a tratar só da reabilitação da Vila de Nelas, acha que a Junta de Nelas tem, efetivamente, competências para isso. Porque é os Senhores Vereadores hão-de estar só a tratar da reabilitação de Nelas quando têm áreas, como já lhe referiu, noutras localidades do Concelho e não só naquelas onde estão as ARU,s previstas, noutras Freguesias do Concelho, Nelas será, seguramente, a que menos precisa de reabilitação. E também dizer ali ao Senhor Presidente que, relativamente à questão que foi ali também abordada da nota de pêsames à Família do Senhor Jorge Amorim, independentemente do trabalho que ele possa ter feito e das condições, parece-lhe que é exagerado que a Câmara manifeste na página oficial da forma como o fez, até porque, quer dizer, no fundo a Câmara acaba por estar a criar um precedente que é desnecessário, acha muito bem que a Câmara até tem uma página própria do rali, que lá se fizesse essa saudação. Acabam por estar ali a criar, provavelmente, injustiças relativamente ao passado e ao futuro porque, por muito trabalho que o Senhor Jorge Amorim tenha feito e ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, também não fica contente, como é óbvio, era o que faltava, acha que o trabalho que ele desenvolveu não terá sido nada assim de tão extraordinário para o Concelho, comparativamente a outras pessoas que fizeram, nomeadamente, o Senhor Presidente de Câmara, a Senhora Dr.^a Sofia Relvas, cada um dos Senhores Vereadores que ali estão, ao longo dos anos, os Funcionários, quem está à frente das Instituições e, portanto, acha bem que se assinalem, mas o Senhor Jorge Amorim ajudou a organizar dois ralis e, portanto, acha que foi exagerado. -----



Reunião de 22/02/2017

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que ia começar por aquilo que o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges acabou de dizer. O Senhor António Monteiro, que foi o grande impulsionador, o grande Homem da primeira indústria desta terra, o Senhor Presidente, se calhar, nem lá foi ao funeral, nem fez uma reunião para os Trabalhadores lá irem. Mas, pronto.-----

---- O Senhor Presidente afirmou que foi ao funeral, viu lá o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques e que o Senhor Fernando levou a bandeira. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou ao Senhor Presidente se fez uma reunião com os Trabalhadores, se tinha posto na página da Internet da Câmara. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que foi feita uma referência na página da Internet da Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, de facto, queria guardar para último a questão da forma deselegante, para não utilizar ali outro adjetivo, com o Senhor Presidente tratou a reunião do dia 8 deste mês. Mas por aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse, já atenuou e nem vai fazer a sua intervenção. Não vai fazer a sua intervenção porque o Senhor Presidente disse que foi à reunião com a Senhora Presidente da CCDR, que ele soube que o Senhor Presidente esteve lá com a Senhora Dr.^a Ana Abrunhosa, os seus amigos disseram-lhe que o Senhor Presidente estava lá e às horas que foi e podia dizer que queria ver se o apanhava nessa mentira, mas por acaso, não o apanhou. Por acaso é verdade que lhe telefonaram, ele está cá, veio mais uma Senhora, tudo bem. Mas, de facto, o Senhor Presidente foi à CCDR, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, tem amigos na CCDR porque já desconfia do Senhor Presidente e “gato escaldado de água fria tem medo”. É que deste Presidente da Câmara já não acredita em nada dele, não acredita. São muitos meses, muitos anos, quatro anos a ser enganado. De facto, o Senhor Presidente da Câmara foi à CCDR tratar das áreas de acolhimento empresarial, diz o Senhor Presidente. E na sua intervenção disse quais foram as arzões que a CCDR lhe exigiu. Em seu nome pessoal, que o Senhor Presidente agradeça à Senhora Presidente da CCDR o ter recebido e não lhe ter eliminado do projeto o tal Centro Tecnológico que vai ser feito na Zona Industrial 1, aquele Centro Tecnológico que, saiba-se lá bem porquê, só o Senhor Presidente sozinho é que votou, queria instalar na Nelcivil, na empresa que o Senhor Presidente é credor. O que isso quer dizer é que o projeto que o Senhor Presidente, muitos meses antes de pensar comprar a Nelcivil, saiba-se lá porquê e para quê, dizia que era para um Centro, mas não era de certeza, até porque o Senhor Presidente não o retirou do processo o projeto do Centro de Formação Tecnológico da Zona Industrial 1. Mesmo que esse Centro custasse à Câmara Municipal um milhão de euros ficaria ao erário público, ficaria a nós, dos nossos impostos, 150.000,00 euros. Menos 100.000,00 euros de que aquela compra miraculosa e mirabolosa que o Senhor Presidente queria fazer e que só o Senhor Presidente é que a votou, que até a sua Vice-Presidente o deixou cair. Ora, quer dizer que a Senhora Presidente da CCDR e por isso é que estava a dizer que lhe apresentasse os seus agradecimentos sinceros porque não retirou, pediu lá a história do ambiente, a história não sabia de quê do risco, mas não disse ao Senhor Presidente da Câmara que ia saia dali a edificação do Centro Tecnológico. Agora é que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, pergunta: Mas que raio de haver aqui esta história de querer comprar a Nelcivil quando o Centro Tecnológico ainda consta do processo? E a Senhora Presidente da CCDR garantiu-lhe que ia ser executado. E vai custar à Câmara uns meros



Reunião de 22/02/2017

150.000,00 euros. E o Senhor Presidente ia gastar 250.000,00 euros na Nelcivil, mais as obras de requalificação, que ficaria à Câmara, se calhar em 500.000,00 euros, sem qualquer participação financeira. O Senhor Presidente veio dizer que o Senhor Secretário de Estado, ele nunca viu um Secretário de Estado dizer: Olhe, compre lá que eu depois vou lá benzer aquilo e vou lá levar-lhe um cheque no bolso e tome lá, pague a Nelcivil. Nunca viu. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, nunca viu. Depois, vai responder ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, não disse que as nulidades seriam sanadas por causa dos erros iguais que o Senhor Presidente também está a fazer. Não disse isso, nem foi isso que o Tribunal disse. O Tribunal diz é que o Código Civil, decorre exatamente disso e há jurisprudência já fixada nessa matéria, está lá escrito. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, teve um problema pessoal, de uma Associação que representa, que tem 60.000,00 euros de um processo que fez, foram trabalhando para o Ministério da Agricultura, trabalharam, trabalharam, trabalharam, trabalharam, trabalharam e depois para pagar não pagaram. Não pagaram desde janeiro de 2016 até junho de 2016. A partir daí começaram a fazer, não necessariamente concursos, mas era quase igual, sujeitam aquilo ao Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas diz: Força, vá, peça e adjudique. E o Senhor Diretor Geral, que é entidade competente que lhe devia pagar, disse-lhe: Ó Senhor Dr. Manuel Marques, é pá, meta lá um processozito em Tribunal para eu ter aqui um título para pagar. Olhe, até se puder, meta isto no Tribunal Arbitral que ainda é mais rápido é. E ele ligou para o Tribunal Arbitral, disse quem era lá á Senhora responsável por aquilo e disse-lhe: Sou licenciado em direito, num aviário, que era para a Senhora saber que eu sabia pouco e como é que eu hei-de fazer? Olhe, Senhor Dr., meta o processo no Tribunal Arbitral. Quando chegou o processo ao Tribunal Arbitral o Ministério da Agricultura não era par, não tinha anuído, tinha que haver a anuência da entidade. O Senhor Secretário de Estado fez um despacho de propósito da Secretaria de Estado a dizer à DGAV, que é a Direção-Geral da Alimentação e Veterinária, a dizer assim: Olhe, nós queremos anuir ao Tribunal Arbitral para resolver o problema dos laboratórios deste País. E eles não contestaram. Cumpriram a lei. Só que o Senhor Presidente da Câmara, o que é que ele quer? Tem ali duas razões. Uma já foi, já se lhe esfumou que era condenar o Senhor Dr. Manel Marques. E a outra não a vai dizer. Eles sabem de que é que ele está a falar. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que, muito rapidamente, era só em relação ao que o Senhor Presidente disse no número de visitantes, nem sequer põe em causa o evento, não é isso que está em causa. Passaram em Nelas, passaram em Mangualde, mas se virem a nota de imprensa de Mangualde com a nota de imprensa de Nelas depois sujeitam-se a esta situação. Não é isso que está em causa, nem o evento em si. Depois queria perguntar ao Senhor Presidente quem é que fez o estudo das áreas de acolhimento empresarial. E se quem o fez tinha, ou não, conhecimento, que era obrigatório, se tivesse previsto o estudo de impacto ambiental e a situação dos incêndios, se estava, ou não previsto, ou se foi alguma situação nova que eles não acautelaram, porque quem está a fazer um estudo também tem que ter essa noção, ele não o sabe fazer, mas quem o está a fazer tem que estar preparado para isso, para agora não acontecer isso. E ainda bem que a CCDR chamou o Senhor Presidente para resolver porque se não ia chumbar mesmo o projeto e acabava tudo logo por ali. Depois, também acha estranho, realmente, que a reunião tenha sido adiada, não por causa disso, não sabe se foi a CCDR que convocou, ou se estaria disponível para outro



Reunião de 22/02/2017

dia, mas por causa da situação que só começa no segundo trimestre de 2018, tudo junto, mas isso é que ele disse, acha que já passou, não é por aí, acha que é resolver as situações e não arranjar mais problemas. Em relação às Extensões de Saúde, acha que a Câmara também não pode lavar as mãos, dizer que está a trabalhar e que está tudo bem, quando, na realidade, isso não está a acontecer, pelo menos em Carvalhal Redondo. Deixava a sugestão que houvesse monitorização juntamente entre a Câmara e a ARS, ou com a Unidade de Saúde Familiar para, realmente, ver se está tudo a correr como está no protocolo e como foi dito ali pelo ofício que lhes enviaram da ARS. Em relação aos projetos da Educação, ele, Vereador Artur Ferreira, ficou sem saber quais eram os projetos, mas também pedia à Senhora Vice-Presidente que na próxima reunião pudesse trazer só para ter ideia disso. Só acha estranho é que os projetos do sucesso escolar passem sempre por parceiros e para ele os parceiros mais importante nisto, que são os pais e os alunos, normalmente são sempre esquecidos, ou só servem quando é preciso fazer manifestação da Escola contra a Câmara, ou da Câmara contra as Escolas. Mas isso também já há muito tempo que acontece assim. Não é só de agora. Mas acha que era importante também. Por isso é que acha que o Conselho Municipal de Educação devia ter uma palavra a dizer, bem como a Associação de Pais, que estão no Concelho, também terem uma decisão sobre isso, porque o sucesso escolar, se é para os alunos, devem estar lá representados esses alunos e os Encarregados de Educação. Se é para os Professores, está tudo bem, eles fazem as formações todas e fazem esse sucesso escolar. Depois não venham é pedir responsabilidades aos pais e aos alunos se o sucesso escolar não aumenta. Se eles não são tidos, nem achados para tratar dos projetos também não têm que ser tidos, nem achados por causa do insucesso escolar. Em relação à situação das obras, o que ele queria dizer e foi isso que já foi falado ali várias vezes, e partiu também do Senhor Presidente de Câmara que havia a possibilidade e foi o que foi dito a alguns empreiteiros e a alguns credores que fossem para Tribunal que era para resolver a situação porque há mais problemas, porque quando se vai para tentar resolver, ele, Vereador Artur Ferreira, não quer pôr em causa que não se tenha que ter também alguma atenção se, realmente, alguma coisa esteja mal, ou menos bem, mas não podemos dizer que está tudo mal. Se está tudo mal, isto, naturalmente, vai criar mais confusões ainda e vai sujeitar a que isto demore muito mais tempo e que não se resolvam as situações deles quando pomos até obras de interesse público para o Concelho. Por exemplo, um passeio é uma obra de interesse público para o Concelho? O Senhor Presidente pode entender que não naquelas obras que estão feitas. Mas agora pode entender que sim porque está a ser feito. Acha que esse interesse público é sempre duvidoso, depende do que se pretende mesmo naquela situação. Sugeriria, mais uma vez, que se chegasse, realmente a acordo para que o mandatário do Município, qualquer dia tem um vencimento superior só por causa das nulidades que ele cria. E na questão das nulidades, há vários tipos de nulidades que foram tidas no projeto de relatório e uma delas, por exemplo, diz respeito à falta de documentos. Mas não há documentos na Câmara porque a Câmara devolveu os documentos aos empreiteiros, portanto, naturalmente, não estão cá os documentos. Mas, se for necessário, eles fazem-nos chegar outra vez. Em relação à reunião de 27 de fevereiro, se for a partir das 16 horas ele pode estar presente, se for antes das 16 horas não pode estar presente. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou que era relativamente ao ponto que o Senhor Vereador Artur Ferreira falou agora. É que, pelo que



Reunião de 22/02/2017

se apercebeu, no dia 27 vai voltar a haver um incidente porque a reunião não vai voltar a ter quórum e ela achava, uma vez que estão ali todos reunidos, a sua sugestão era que deveriam chegar a um consenso numa data em que todos pudessem estar para não voltar a acontecer isto. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que só antes de ir a essa questão, então só queria dizer que, relativamente à questão dos consultores que a Câmara tem contratado e esse consultor é a Sociedade Portuguesa de Inovação, que fez o projeto para as áreas de acolhimento empresarial e outros, portanto, o Executivo declarou que ia alterar a Carta e pensava que isso era suficiente, mas depois a CCDR, há ali zonas como por exemplo o Executivo apenas pensou que era preciso a avaliação de impacto ambiental para ampliações de mais de 20 hectares, foi assim que leu o Aviso, mas agora a CCDR entende que é o que já existe e a nova área. Portanto, só queria dizer ao Senhor Vereador Artur Ferreira que ele, Senhor Presidente, esteve ali a fazer as contas e nestes últimos três anos, com consultores externos a Câmara tem já a garantia de investimentos próximos dos 10 milhões de euros em projetos no PT 2020, 4 milhões de euros da ETAR de Nelas III, 1.800.000,00 euros em 6 ETAR,s, 1.400.000,00 euros garantidos para reabilitação urbana mais o acelerador de investimento, 1 milhão de euros para a ETAR de Canas de Senhorim e não estava ali a incluir a reabilitação urbana, nem projetos candidatados no Pacto Viseu Dão Lafões. Portanto, em três anos, os consultores permitiram à Câmara fazer investimentos, que alguns estão em curso, de mais de 10 milhões de euros. O que ele, Senhor Presidente, pode garantir também ali, porque é verdade e pode provar essa verdade, que constitui quase o dobro do investimento nos projetos QREN verificados nos dois mandatos anteriores. Neste momento, em três, conseguiu mais do dobro de investimentos no PT 2020 do que durante 8 anos foi conseguido no QREN por esta Câmara Municipal. São números indesmentíveis que ele, Senhor Presidente, pode comprovar em termos de investimentos. Relativamente à reunião de segunda-feira, naturalmente, não está ali para encasinar, está absolutamente disponível para consensualizarem uma data em que todos estejam disponíveis para fazer a reunião. Portanto, ele, Senhor Presidente, tinha que marcar a continuação de uma reunião por razões formais, mas está disponível para que essa reunião das 9 horas seja realizada, o dia 1 de março é quarta-feira, se havia disponibilidade para quarta-feira. Quarta-feira as 10 horas da manhã? Então, por acordo e por unanimidade, foi deliberado realizar a reunião na próxima quarta-feira, pelas 9 horas e 30 minutos, com a Ordem de Trabalhos que já foi indicada. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou ao Senhor Presidente quanto é que pagou pela elaboração do projeto da requalificação das fossas sépticas de todo o Concelho. Será que o Senhor Eng.º Gonçalo, a Senhora Eng.ª Inês, aquela gente toda não podia fazer o boneco de quatro paredes de blocos e uma rede? Isto é vergonhoso. Os Técnicos que ganharam dinheiro a pôr quatro paredes em blocos, uma rede e uns ferros. E não se vislumbra ali nenhum Técnico da Autarquia, o Senhor Eng.º Gonçalo, a Senhora Eng.ª Inês, a Senhora Eng.ª Arminda, a Senhora Eng.ª Susana, a Senhora Eng.ª Paula. O Senhor Presidente te ali a AGR, o empreiteiro do regime. Perguntou ao Senhor Presidente quanto é que pagou por este projeto. Às vezes intervém de forma mal-educada, interrompe os outros e “quando um burro fala, o outro baixa as orelhas”, mas o Senhor Presidente da Câmara encharca-os ali com mentiras, qual é que é o humano, feito de massa humana, que consegue estar calado? Que lhe dissessem. Ninguém. Quanto é que o Senhor Presidente pagou pelos bonecos das



Reunião de 22/02/2017

candidaturas das ETAR,s? -----
 ---- O Senhor Presidente afirmou que a informação que tinha para as fossas sépticas, os 125.000,00 euros da empreitada que foi feita pela Hidromondego à empresa Irmãos Almeida Cabral Ambiente inclui todos os estudos necessários. Por outro lado, falou de 10 milhões de euros e o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques falou dos 125.000,00 euros. Que lhe falasse dos 10 milhões de euros que já têm garantido. -----

ORDEM DO DIA

1 - OBRAS PARTICULARES

1.1.INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO

1.1.1.LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a processos de licenciamentos de obras, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos, no período compreendido entre 02 e 16 de fevereiro de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

1.1.2.LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO EMITIDAS – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a licenças de construção emitidas no período compreendido entre 03 e 15 de fevereiro de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. ----

1.1.3.PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS, COMUNICAÇÕES PRÉVIAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, ENTRADOS NOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares, referente a processos de licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, entrados na Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, no período compreendido entre 02 e 15 de fevereiro de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo III), fazendo dela parte integrante. -----

2 – LICENCIAMENTOS DIVERSOS

2.1.DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, POR DELIBERAÇÃO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013 – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento das decisões proferidas pelo Senhor Presidente, ao abrigo da delegação de competências, por deliberação de 04 de novembro de 2013, designadamente:



Reunião de 22/02/2017

licenças especiais de ruído no âmbito do disposto no artigo 15.º, do Regulamento Geral do Ruído e um alargamento de horário de funcionamento, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo IV), fazendo dela parte integrante. -----

---- **Na discussão e aprovação das isenções concedidas ao Académico Basket Club de Nelas ausentou-se da reunião o Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira em virtude pertencer aos órgãos sociais daquela Associação.** -----

(52/2017/02/22)2.2.ISENÇÕES CONCEDIDAS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA AO ABRIGO DO ARTIGO 5.º, DO REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS E OUTROS REGULAMENTOS – RATIFICAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, ratificar as isenções concedidas pelo Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do artigo 5.º, do Regulamento de Taxas Municipais e outros regulamentos, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo V), fazendo dela parte integrante. -----

(53/2017/02/22)2.3.INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – ISENÇÃO DAS TAXAS DE UTILIZAÇÃO – JANEIRO DE 2017 – RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 1272, datada de 14 de fevereiro de 2017, da Unidade Orgânica de Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Instalações Desportivas Municipais, isenção das taxas de utilização – Janeiro de 2017 – Ratificação* -----

---- *Durante o mês de Janeiro de 2017, as Instalações Desportivas Municipais – Pavilhão Desportivo, Estádio Municipal e Piscinas Municipais (Cobertas e Descobertas), foram solicitadas e utilizadas por diversas entidades, ao abrigo de protocolos, contratos programa de desenvolvimento desportivo e outros.* -----

---- *Assim, junto anexo a listagem/ tabela das referidas utilizações/ cedências de espaço, que correspondem a um custo de utilização, considerando a Tabela de Taxas em vigor.* -----

---- *No entanto, solicito a V. Ex.ª que se digne a agendar para a próxima reunião de câmara a ratificação das isenções concedidas das taxas indicadas nas tabelas em anexo, uma vez que as subvenções públicas concedidas, devem ser comunicadas à Inspeção Geral das Finanças.*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.”* -----

---- O Senhor Presidente informou que achava que agora há a obrigação de virem à reunião as informações mensais da isenção das taxas da piscina. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, ratificar as isenções concedidas pela cedência das instalações desportivas municipais em janeiro de 2017. -----

--- **Regressou à reunião o Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira.** -----

(54/2017/02/22)2.4.LICENCIAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE. REQUERENTE: QUINTA DE LEMOS, S.A. – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 704, datada de 31/01/2017, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Licenciamento Municipal de Publicidade* -----

---- *No seguimento de requerimento com registo de entrada n.º 7921, de 12/09/2016, em que Quinta de Lemos, SA. solicita o licenciamento municipal de 2 (duas) placas publicitárias a colocar, uma na Rotunda de Santar / Casal Sancho e outra na Rotunda do Millenium, em Nelas, foi solicitado parecer à Junta de Freguesia de Nelas e a Infraestruturas de Portugal IP, sendo que esta entidade se pronunciou desfavoravelmente à pretensão.* -----



Reunião de 22/02/2017

---- *Notificada a entidade solicitante para, ao abrigo dos artigos 121º e 122º, nº1 do Código do Procedimento Administrativo se pronunciar, por escrito, relativamente ao sentido provável da decisão, a mesma não acatou o direito de audiência.* -----

---- *Não obstante o parecer de Estradas de Portugal IP não ser imperioso, foi o mesmo solicitado atento o disposto no nº 2 do artigo 2º da Lei Nº 97/88, de 17/08, na atual redação, em conjugação com o artigo 24º do regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade no Município de Nelas.* -----

---- *Atendendo a que as placas de sinalização vertical vão ser colocadas dentro do perímetro urbano, o Serviço de Taxas e Licenças não vê inconveniente na pretensão.* -----

---- *Pelo que, queira V/ Exa. despachar no sentido de agendar o assunto para reunião de câmara, notificando-se Quinta de Lemos, SA. dessa diligência em conformidade como nº 2 do artigo 82º do CPA.* -----

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.”* -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o licenciamento municipal de publicidade em que é requerente a empresa Quinta de Lemos, S.A., , de acordo com a informação interna n.º 704, datada de 31/01/2017, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, atrás descrita. -----

3 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- O Senhor Presidente perguntou se algum dos Munícipes presentes no Público pretendia usar da palavra. -----

---- O Senhor Dr. Adriano Ramos cumprimentou todos os presentes. Afirmou que era com muito gosto que estava ali. Cumprimentou o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os Técnicos da Câmara, os Caros Munícipes e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Afirmou que estava ali por três razões e gostava apenas de dizer três coisas. A primeira delas era que as Termas das Caldas da Felgueira vão reabrir este sábado. Eles são o principal operador termal privado do País, são o segundo maior em número de clientes e em volume de negócios. Portanto, acha que é um ativo turístico do Concelho e por isso este ano resolveram convidar o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores, pensa que já conseguiu convidar todos. Veio à reunião para os convidar e gostava muito de os lá receber no próximo sábado, às 17 horas, numa festinha que vão fazer. E os Munícipes que cá estão, se se quiserem juntar a eles também serão bem-vindos. O segundo assunto prende-se com o PROVER Termas do Centro. Como sabem, as Termas das Caldas da Felgueira e o Município de Nelas estão num destes programas de eficiência coletiva que se chama PROVER Termas do Centro. É o segundo PROVER em que eles estão. No primeiro PROVER a Câmara de Nelas não aderiu, foi há 5 anos, ou 6 anos. E desta vez a Câmara de Nelas aderiu e ele congratula-se com isso. Estes programas permitem o financiamento de determinadas atividades, muitas delas imateriais, contrariamente ao que aconteceu no primeiro PROVER que era, sobretudo, atividades materiais. Neste segundo PROVER são atividades imateriais de animação e de divulgação. Gostava que a Câmara tomasse uma decisão sobre a repartição dos custos, que são variáveis, do PROVER. E o terceiro assunto e cala-se já, tem a ver com o interesse turístico de dois imóveis que eles pediram à Câmara. Um deles foi, obviamente, recusado. É o imóvel que, apesar do inegável interesse turístico, estão com essa dúvida de propriedade,



Reunião de 22/02/2017

portanto, a Câmara não podia dar, ou conceder essa declaração de interesse turístico uma vez que a propriedade do imóvel está em litígio. O segundo é, perfeitamente claro, que o edifício é deles e também, na sua opinião, obviamente, é suspeito, acha que é de inegável interesse turístico. Estão a falar do primeiro edifício do Balneário Termal, portanto, o edifício é de 1890 e outro edifício ao lado, dos anos 30, que era um antigo anexo do Hotel e que foi depois comprado pela sua empresa. Não sabe como é que funciona a Câmara. Não conhece o regulamento em detalhe mas gostava que a Câmara pudesse agendar essas duas decisões para eles, rapidamente, terem algum feedback sobre esses dois assuntos. -----

---- A Senhora D.^a Esmeralda Guerra cumprimentou todos os presentes. Afirmou que estava a fazer-se em Vale de Madeiros uma pavimento nas bermas e perguntou se havia alguma possibilidade de pavimentar junto da cabine dos alunos da Escola porque está-se a pavimentar do lado oposto e se era possível pavimentar do outro lado. Não sabia se o Senhor Presidente tinha conhecimento. Isso também nunca foi muito bem visto, mas alguma coisa ali está mal. Outra coisa é a passagem da água. Meteram-se uns tubos internos. Não há lá nenhuma condutas e a água vai por Vale de Madeiros abaixo. Pensa que não é uma boa opção. Agradecia que quando o Senhor Presidente pudesse lá fosse para ver aquela situação porque não há passeios, não há nada. Ali na passadeira onde os alunos apanham o autocarro, se havia possibilidade de mudar a cabine para a parte de lá, que, se calhar, o assunto não foi bem visto pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia. A obra está a ser mal feita, diz ela que é mulher de um pedreiro. Perguntou como estava o assunto da abertura das estradas que estavam planeadas para Vale de Madeiros, pois estão preocupados que as oliveiras ainda lá estão e ainda vão dar azeite este ano e a ver se o Senhor Presidente manda abrir essas ruas, duas ruas que eram para abrir e até agora, nada. Sabia que o Senhor Presidente tinha feito uma visita no Natal aos doentes que estavam no Hospital e no Dia de Reis visitou as pessoas dos Lares. Gostava que o Senhor Presidente, quando pudesse, fizesse uma deslocação à sua aldeia porque tem lá muitos idosos em que os filhos não os meteram nos Lares e também lá vivem. Gostava que o Senhor Presidente, quando pudesse, fosse a Vale de Madeiros e visse lá umas coisas porque o Senhor Presidente da Junta de Freguesia não tem tempo. A marcação da estrada da Felgueira está mesmo muito mal, tal como disse o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Dr. Adriano Ramos e à Senhora D.^a Esmeralda Guerra pelas suas intervenções, convites e desafios. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que foi ali levantado um problema importante para ser resolvido. O Cidadão e Representante Legal de uma empresa pediu que o Senhor Presidente agendasse o assunto. Não disse se agendava, ou não agendava. Se o Senhor Presidente da Câmara não agendar o assunto dentro da norma e da lei que lhe confere esse direito, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, agendará. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Senhora Dr.^a Célia Tavares para proceder à leitura da minuta da ata. Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----



Reunião de 22/02/2017
ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às doze horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, conforme deliberação tomada na 1.^a reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde,
